

RUANDA: UMA ANÁLISE DA INGERÊNCIA INTERNACIONAL EM SEUS CONFLITOS ÉTNICOS

Cleival Kisney da Silva Batista

RESUMO

No presente trabalho são analisados os antecedentes dos conflitos étnicos em Ruanda que foram influenciados pela colonização belga e alemã, levando-se em consideração as teorias vigentes da época sobre superioridade racial e étnica. Buscamos tentar entender o porquê de um genocídio, em pleno século XX, num país que se mostrava tão unido e coeso no período anterior às colonizações. Observamos que o interesse das grandes potências é que molda o futuro dos países, ou da maioria deles, situados nas chamadas regiões “periféricas”. Dessa forma, a atuação da França, em consonância com os seus próprios interesses, foi determinante para a eclosão e resolução do conflito ruandês. Por fim, avaliamos que a ingerência internacional não foi positiva para o desenrolar dos acontecimentos em Ruanda, nem mesmo a ingerência da ONU, que tem como premissa básica garantir a paz e a segurança internacionais.

Palavras-chave: genocídio, conflito, raça, etnia, Hutu, Twa, superioridade, colonização, teorias, ingerência.

INTRODUÇÃO

Em 1994 o mundo assistiu a um massacre que levou à morte de aproximadamente 800.000 pessoas em apenas três meses. Esse massacre ficou conhecido como o Genocídio de Ruanda. Três meses nos parece pouco tempo se nos deparamos com o exacerbado número de mortos, mas também nos parece longo demais se refletimos sobre o porquê da sociedade internacional ter demorado tanto para intervir.

Com uma área pouco menor do que a do Haiti¹, a República de Ruanda, na África, é formada majoritariamente por dois grupos étnicos: hutus (84%) e tutsis (15%). Mas isso nem sempre foi assim.

Por volta do século XIV as tribos das etnias hutu e twa² conviviam pacificamente no território que hoje é formado por Ruanda e Burundi, organizando-se em comunidades baseadas na agricultura e no escambo³. Com o passar do tempo, grupos de pastores nômades da etnia tutsi, que vinham da Etiópia, passaram a fixar-se na região impondo-se economicamente sobre as demais tribos⁴. Em meados do século XVII os tutsis haviam estabelecido um sólido império, transformando hutus e twas em vassalos e clientes, com a tarefa de pastorear rebanhos e cuidar das plantações⁵.

Até o século XIX a ocupação da África havia sido apenas superficial⁶. A presença européia no continente limitava-se às proximidades da costa, enquanto o interior permanecia quase intocado, sobre o controle de grupos tribais nativos⁷. O domínio colonial só se consolidou após a Conferência de Berlim, que teve como principal objetivo organizar, através de regras, a ocupação da África pelas potências coloniais⁸.

Ruanda só foi entregue à Alemanha em 1890, momento em que o imperialismo adquiria forças, apesar das suas fronteiras só terem sido definidas mesmo em 1900⁹. A Alemanha mal havia sido unificada e logo reivindicou a sua parte na divisão da África. Como os alemães não possuíam uma marinha de guerra à altura da marinha que possuía a Inglaterra, eles tiveram que se contentar com uma

¹ Ruanda (26.338 km²); Haiti (27.750 km²). Fonte: The World Factbook – CIA.

² Os twas, chamados de pigmeus no ocidente, não chegam hoje a mais de 1% da população. Fonte: The World Factbook – CIA.

³ Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/ruanda/ruanda-2.php>>. Acesso em: 9 set. 2009.

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem.

⁶ OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. **África: Terra, sociedades e conflitos**. São Paulo: Moderna, 2004, p. 54.

⁷ Ibidem, idem.

⁸ Ibidem, idem.

A Conferência de Berlim foi realizada entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885. Ela resultou numa divisão que não respeitou nem a história, nem as relações étnicas e muito menos familiares do continente africano.

⁹ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ruanda>>. Acesso em: 9 set. 2009.

parte menor dos territórios africanos, a maioria deles ligados à expansão portuguesa¹⁰.

Até o início da colonização alemã, os tutsis, de maior estatura, eram predominantemente pastores¹¹. Já os hutus, de pele mais escura e estatura menor, tinham uma tradição agrícola¹². No entanto, a partir da colonização dos alemães, e posteriormente dos belgas, esses dois povos tiveram a sua organização modificada¹³. Não bastava dividir a África sem levar em consideração as etnias existentes, os colonizadores europeus também tinham que impor regras com a justificativa de garantir o seu domínio. Foi nesse momento que fronteiras políticas surgiram onde antes havia apenas espaços étnicos ou culturais¹⁴.

Os tutsis foram então escolhidos para assumir cargos da administração estatal, receber treinamento militar e ter acesso exclusivo à educação¹⁵. As escolas católicas, que dominavam o sistema educacional colonial, praticavam uma discriminação aberta em favor dos tutsis, que gozavam do monopólio dos cargos políticos e administrativos¹⁶. As escolas não permitiam a entrada de pessoas com estaturas mínimas para impedir o acesso dos hutus à educação.

De fato, já existiam divergências entre as etnias que habitavam a atual Ruanda, mas não podemos deixar de levar em consideração que essas divergências se intensificaram, ainda mais, a partir da colonização alemã que recorreu com frequência ao genocídio das tribos que tentavam resistir de alguma forma à colonização. Era de interesse dos alemães a instabilidade da região, uma vez que garantia o seu domínio.

Depois da derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, a Bélgica assumiu o controle da região, então denominada Ruanda-Urundi, por mandato da Liga das Nações¹⁷. O domínio belga foi muito mais direto e duro que o domínio dos alemães

¹⁰ Disponível em: <<http://confrontos.no.sapo.pt/page2ImpOcidentais01AA.html>>. Acesso em: 9 set. 2009.

¹¹ Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/com112_2000_1/geo_on_line/tutsis_hutus.htm>. Acesso em: 10 set. 2009.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

¹⁴ OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. **África: Terra, sociedades e conflitos**, op. cit., p. 54.

¹⁵ Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/com112_2000_1/geo_on_line/tutsis_hutus.htm>. Acesso em: 10 set. 2009.

¹⁶ MUNANGA, Kabengele. Identidade étnica e direitos humanos nos países da África sub-saariana. **Casa das Áfricas**, Thot, n. 80, 2004. Disponível em:

<http://www.casadasafricas.org.br/site/index.php?id=banco_de_textos&sub=01&id_texto=28>. Acesso em: 21 set. 2009.

¹⁷ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ruanda>>. Acesso em: 9 set. 2009.

e será abordado no Capítulo 1º do presente trabalho. A colonização belga nos fornecerá mais subsídios históricos para a análise do nosso objeto de estudo.

No Capítulo 1º - “A Colonização Belga e as Teorias sobre Superioridade Racial e Étnica” - pretendemos analisar a trajetória histórica dos conflitos étnicos em Ruanda que levaram ao estopim do Genocídio de 1994. Tomaremos por base a colonização da Bélgica, que se utilizou da Igreja Católica para manipular a classe alta dos tutsis e para reprimir o resto da população, e também as teorias sobre superioridade racial e étnica desenvolvidas na época, que alimentaram ainda mais as diferenças étnicas existentes no país. Trabalharemos a teoria Crítica das Relações Internacionais para explicar que não existe prática sem discurso, uma vez que os discursos ensejam relações de poder.

Depois de várias reformas, como o assassinato do rei Mutara III Charles em 1959 e a fuga do último monarca do clã Nyiginya, o rei Kigeri V, para Uganda, os hutus ganharam mais poder e na época da independência, em 1962¹⁸, eram os políticos dominantes¹⁹. A independência de Ruanda abriu caminho para violentas disputas de poder e a mais recente e dolorosa foi o Genocídio de 1994²⁰.

No Capítulo 2º - “O Genocídio de 1994” - estudaremos a perceptível falta de vontade política de países como a Alemanha, a Bélgica, a Suíça e os Estados Unidos no Genocídio de 1994, uma vez que a veiculação do termo genocídio não era interessante para esses países, já que os obrigaria a fazer uma intervenção internacional. Também abordaremos os “erros” de julgamento quanto à natureza dos conflitos ruandeses por parte da sociedade internacional.

O estopim do Genocídio de 1994 veio em abril do mesmo ano quando os presidentes de Ruanda e do Burundi, da etnia hutu, foram mortos em um atentado que derrubou o avião onde viajavam juntos. Existem hipóteses, baseadas nas investigações realizadas nos últimos dois anos, de que a França desempenhara um papel ativo na morte dos dois presidentes. Este assunto será analisado no terceiro capítulo do presente trabalho.

¹⁸ Em 25 de setembro de 1960 a ONU organizou um referendo no qual os ruandeses decidiram tornar-se uma república. Depois das primeiras eleições foi declarada a República de Ruanda, com Grégoire Kayibanda como primeiro-ministro. A esse respeito pode-se consultar:

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ruanda>>. Acesso em: 9 set. 2009.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/08/030826_ruandagd.shtml> Acesso em: 9 set. 2009.

Durante muito tempo a França desenvolveu uma política de expansão da sua influência sobre o continente africano. No Capítulo 3º - “O Interesse Francês por Ruanda” - pretendemos estudar qual era o interesse francês por Ruanda, especificamente, e de que forma esse interesse interferiu no Genocídio de 1994, onde foram mortas 800.000 pessoas. Levaremos em consideração a política expansionista francesa sobre a África, que durou muitas décadas; os estreitos laços do então presidente da época François Mitterrand com o regime dominado por membros da etnia hutu (etnia que liderou o massacre), uma vez que a França tinha interesse em manter sua influência pós-colonial sobre as antigas colônias francesas na África; e a possibilidade da França ter desempenhado um papel ativo no Genocídio de 1994 diante das investigações feitas por autoridades ruandesas nos últimos dois anos.

Formulamos a seguinte pergunta que serviu de base à definição da problemática e à determinação do objetivo central do presente trabalho: **De que forma a (não) ingerência internacional interferiu no Genocídio de 1994?**

1 A COLONIZAÇÃO BELGA E AS TEORIAS RACIAIS SOBRE SUPERIORIDADE RACIAL E ÉTNICA

O primeiro presidente de Ruanda, Grégoire Kayibanda, líder do PARMEHUTU²¹, teve sua gestão marcada por dificuldades econômicas e pela proliferação dos conflitos tribais²². Assim que Ruanda se tornou independente cerca de 15 mil tutsis foram massacrados ao tentarem uma invasão a partir do Burundi²³. Tal situação, somada à acusação de que o governo favorecia as tribos hutus do centro e sul do país, resultou no golpe militar de 5 de julho de 1973 liderado pelo Major-General Juvenal Habyarimana, um hutu oriundo do norte de Ruanda²⁴.

O novo governo suspendeu a Constituição, dissolveu o PARMEHUTU e aboliu o sistema parlamentarista²⁵. O general instaurou a ditadura e marginalizou os tutsis, que fugiram para os países mais próximos, como Uganda²⁶.

²¹ PARMEHUTU (*Parti du Mouvement de l'Emancipation Hutu*) ou MDR-Parmehutu (*Mouvement démocratique républicain Parmehutu*).

²² Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/ruanda/ruanda-2.php>>. Acesso em: 9 set. 2009.

²³ Ibidem.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Ibidem.

Com a chamada “II República” iniciou-se o período de reconciliação nacional²⁷. Então, em 1975, Habyarimana fundou o Movimento Revolucionário para o Desenvolvimento (MRND), declarado partido único pela Constituição promulgada em 1978²⁸. Diante das pressões o presidente chegou até a anunciar um projeto de democratização que incluía o multipartidarismo e a elaboração de uma nova Constituição em meados dos anos 90²⁹.

Após longo exílio, os tutsis se reuniram na Frente Patriótica Ruandesa (FPR) e invadiram o norte de Ruanda, com o apoio de Uganda, em 1990, exigindo o direito de retorno e uma representação no governo³⁰. As forças rebeldes chegaram até a periferia de Kigali, onde foram repelidas pelo exército ruandês, apoiado por tropas zaienses e “consultores” militares franceses e belgas³¹. A invasão resultou no massacre de milhares de hutus, além do deslocamento interno para áreas seguras de cerca de 1 milhão de pessoas daquela etnia³².

Em março de 1991 foi assinado um acordo de cessar fogo ao qual se seguiram reformas, como o estabelecimento do multipartidarismo e a elaboração da Nova Constituição³³. Em meados de 1992 Dismas Nsengiyaremye foi nomeado primeiro-ministro, formando um governo com representantes do MRND e do recém legalizado MDR (antigo PARMEHUTU)³⁴.

As negociações de paz com a FPR, em 1993, quando da assinatura dos acordos de Arusha (Tanzânia)³⁵, estipularam a formação de um governo transitório com a participação de representantes da guerrilha, bem como a criação de um exército nacional integrado por tropas regulares e combatentes da FPR³⁶. Até a assinatura

²⁶ OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. **África: Terra, sociedades e conflitos**, op. cit., p. 103.

²⁷ Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/ruanda/ruanda-2.php>>. Acesso em: 9 set. 2009.

²⁸ Ibidem.

²⁹ Ibidem.

³⁰ OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. **África: Terra, sociedades e conflitos**, op. cit., idem.

³¹ Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/ruanda/ruanda-2.php>>. Acesso em: 9 set. 2009.

³² Ibidem.

³³ Ibidem.

³⁴ Ibidem.

³⁵ Em apoio à iniciativa pacífica, no dia 5 de abril de 1993, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 872, intitulada “Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda”, a UNAMIR. Seu principal objetivo era assegurar o fim dos combates por meio da assinatura dos Acordos de Arusha. A esse respeito pode-se consultar: http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_de_Arusha. Acesso em: 14 set. 2009.

³⁶ Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/ruanda/ruanda-2.php>>. Acesso em: 9 set. 2009.

dos acordos de Arusha o país viveu uma guerra civil contínua que logo foi reaccesa diante da relutância de Habyarimana em cumprir as determinações previstas no tratado de paz³⁷.

Os termos dos acordos foram abertamente rejeitados por facções do MRND, sobretudo pela Coalizão para a Defesa da República (CDR), que começou a recrutar e armar milícias hutus³⁸. A morte dos dois presidentes serviu apenas como um estopim para um conflito que estava sob a iminência de acontecer.

Este foi o cenário que serviu de base para a eclosão do Genocídio de 1994 e em poucas semanas o exército, as milícias hutus e até a população civil provocaram a morte de pelo menos 800.000 pessoas e o êxodo em massa de refugiados para os países vizinhos.

Quinze anos após o genocídio Ruanda fez muito para se reconstruir, mas as cicatrizes ainda permanecem³⁹. O legado do genocídio está presente em quase todos os grupos da sociedade: sobreviventes, governo, criminosos, refugiados, entre outros⁴⁰. O trauma recorrente é sofrido por muitos, mas são os sobreviventes que enfrentam as maiores dificuldades como a pobreza e os problemas de saúde complexos (como a AIDS), resultados diretos da violência cometida contra eles durante o período do genocídio⁴¹.

Muitos sobreviventes ainda são ameaçados com atos de violência, atacados ou mortos pelos ex-perpetradores do genocídio e, para inúmeras pessoas da minoria tutsi, o sentimento de medo ainda permanece⁴². Reconstruir suas vidas ao lado de pessoas responsáveis pelo assassinato e estupro de seu povo é uma realidade difícil de ser enfrentada por todos os sobreviventes em Ruanda⁴³.

1.1 O OCIDENTE, OS DISCURSOS E AS PRÁTICAS DE PODER

Em um século onde o discurso ocidental é voltado para a manutenção da paz e da segurança internacional, o mundo fechou os olhos diante de um genocídio, talvez

³⁷ OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. **África: Terra, sociedades e conflitos**, op. cit., idem.

³⁸ Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/ruanda/ruanda-2.php>>. Acesso em: 9 set. 2009.

³⁹ Disponível em: <<http://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10007216#related>>. Acesso em: 15 set. 2009.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Ibidem.

⁴³ Ibidem.

pelo fato dele ter sido desencadeado no centro-sul da África. Um genocídio que teve sua origem desde a formação étnico-política do país e que incidiu e se manifestou de forma acentuada nas relações internas ruandeses desde então.

Kabengele Munanga⁴⁴ diz que “se negamos a afirmação das identidades étnicas e dos conflitos resultantes da manipulação política e ideológica das diferenças culturais entre populações que convivem num mesmo território geográfico estamos, sem dúvida, negando os direitos humanos”⁴⁵.

Concordamos com tal afirmação, pois, ao negarmos as características do “outro”, afirmando de forma etnocêntrica que a nossa cultura (dentre outras características) é melhor e, portanto, superior, estamos negando os direitos fundamentais para que esse “outro” possa viver de acordo com as suas crenças e, assim, desenvolver os seus próprios valores, a sua própria cultura.

Em outras palavras, o autor também diz que “as diferenças, quando não são reconhecidas nos processos de construção de ‘novas’ nações e sociedades democráticas, podem criar desigualdades que, por sua vez, podem se constituir na negação de alguns direitos fundamentais” (dentre eles os direitos humanos).

Munanga acredita que “todas as sociedades que convivem com o racismo, independente da sua trajetória histórica, acabam sem ter o reconhecimento das diferenças e identidades particulares e violam alguns desses princípios fundamentais”.

No entanto, para ele, “nem todos os conflitos que levam à violação dos direitos humanos nos países da África têm sempre esse conteúdo étnico/cultural que está sendo atribuído”. A análise da realidade contemporânea de muitos países africanos mostra que se trata muito mais de conflitos pelo controle e domínio do poder político herdado da colonização do que pelas diferenças culturais propriamente ditas, afirma o autor⁴⁶.

⁴⁴ Utilizaremos como base para início deste capítulo o artigo científico, em algumas partes na íntegra, do antropólogo Kabengele Munanga. Munanga é também professor - titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

⁴⁵ MUNANGA, Kabengele. Identidade étnica e direitos humanos nos países da África Sub-saariana. **Casa das Áfricas**, Thot, n. 80, 2004. Disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/site/index.php?id=banco_de_textos&sub=01&id_texto=28>. Acesso em: 21 set. 2009.

⁴⁶ Ibidem.

Diante disso, é dada a importância de estudar a direta e dura colonização belga em Ruanda antes de entender o porquê do Genocídio de 1994, dentre outros fatores. Precisamos fazer um recuo histórico e tentar situar a experiência numa perspectiva global capaz de explicar as especificidades da época. Ruanda não é apenas a Ruanda de suas formas de Estado, muitas vezes flutuantes e geograficamente limitadas. Suas etnias também têm história.

A conquista colonial interrompeu brutalmente os processos que, em numerosos pontos do continente africano, vinham conduzindo ao nascimento de Estados pronacionais⁴⁷. E o fez utilizando outras violências, pois a colonização constituiu apenas uma modalidade de violência, cujas conseqüências explicariam, em parte, os conflitos e antagonismos irreduzíveis vividos pela África de hoje e cujas saídas são extremamente complexas e difíceis⁴⁸.

Contam os mitos de origem que Ruanda era um país inicialmente habitado pelo povo twa, denominado pigmeu por causa de sua baixa estatura⁴⁹. Em seguida, em tempos muito remotos, vieram os hutus, oriundos do sul e do oeste do continente, e finalmente os tutsis, povo nilótico⁵⁰, vindo do norte e do leste⁵¹. Os twas, hoje cerca de 1% da população, são caçadores, coletores e nomadizantes⁵². Apesar da mestiçagem com os hutus, eles constituem atualmente a minoria mais marginalizada e sem a plenitude de seus direitos de cidadania⁵³.

Numa mesma estrutura social dominada pelos tutsis, no século XVII, os hutus conviviam de forma estratificada e hierarquizada⁵⁴. Era um sistema social que os estudiosos consideram de castas, de classes ou posições sociais, mas que apesar de tudo isso foi construído numa mesma e única cultura partilhada por todos: twas, hutus e tutsis⁵⁵. O que significa que todos viviam num mesmo território, falavam a mesma língua, cultuavam o mesmo deus e participavam de um mesmo sistema

⁴⁷ Ibidem.

Pronacionalismo: pode definir-se como alguns sentimentos de pertencimento coletivo.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ O significado da palavra “nilótico” pode ser explicado a partir de vários pontos de vista (lingüístico, físico, entre outros). Nesse caso, nos referimos ao grupo étnico provindo do Rio Nilo.

⁵¹ Ibidem.

⁵² Ibidem.

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Ibidem.

político - uma monarquia de origem divina, encabeçada pelo rei Mwami, de origem tutsi⁵⁶.

Não existia o que Leila Leite Hernandez (2005) chama de “olhar imperial”, ou seja, aquela visão de mundo oriunda do ocidente (colonizadores) que toma por base o fato de um povo se sobrepor ao outro povo por ter mais, ou menos, conhecimento. Conhecimento este que parte da perspectiva de que “a atividade do conhecer passa a ser reconhecida como um privilégio dos que são considerados mais capazes, mais bem-dotados, sendo-lhes, por isso, conferida a tarefa de formular uma nova visão do mundo, capaz de compreender, explicar e universalizar o processo histórico”⁵⁷.

Lavradores, os hutus se tornaram vassallos dos tutsis, pois uma vaca tinha mais prestígio que os produtos agrícolas⁵⁸. Pastores e pecuaristas, os tutsis ocupavam os altos cargos políticos, administrativos e militares, formando conseqüentemente a aristocracia da sociedade ruandesa pré-colonial⁵⁹.

Em outras palavras, fica perceptível que a principal diferença existente antes da colonização era o fato de uns cuidarem das plantações e outros cuidarem das vacas. Como a cultura desse povo afirmava que a vaca era mais importante do que os produtos agrícolas, os tutsis ocupavam cargos “melhores” do que os hutus.

Observando a citação abaixo de Hernandez, compreendemos que essa simples diferença serviu de base para que os colonizadores exaltassem que um tutsi, somente por ser tutsi, já que essa era a etnia que mais se aproximava das características físicas dos europeus, era superior a um hutu e, portanto, devia compor a elite política e econômica do país.

[...] Eles tinham significado, e embora não haja um consenso sobre que palavra designa melhor esse significado – “classes”, “castas” e “posições” são as favoritas -, a origem dessa distinção é indiscutível: os hutus eram lavradores e os tutsis eram pastores e pecuaristas. Essa era a desigualdade de origem: o gado é um bem mais valioso que a produção agrícola, e embora alguns hutus possuíssem vacas e alguns tutsis cultivassem o solo, a palavra tutsi tornou-se sinônimo de elite política e econômica. [...]⁶⁰

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005, p. 17.

⁵⁸ Sobre esse respeito pode-se consultar Munanga (2004).

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ Apud HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**, op. cit., p. 421.

Munanga faz menção à obra do missionário Louis de Lacger, publicada em 1950, quando a mesma se refere ao fato de que “um dos mais surpreendentes fenômenos da geografia humana de Ruanda é com certeza o contraste entre a pluralidade de raças e o sentimento de unidade nacional. Os nativos desse país têm o sentimento genuíno de formar um único povo... (..) Há poucos povos na Europa entre os quais encontram-se esses fatores de coesão nacional: uma língua, uma fé, uma lei”. Segundo Munanga, Lacger encantava-se com a unidade criada pela lealdade à monarquia.

E não é de surpreender o encantamento de Lacger, afinal, diante dos europeus, como um povo dito como “atrasado” podia apresentar uma estrutura social tão coesa e passiva de convivência?

No fim do sistema colonial belga, porém, em 1962, essa unidade e coesão nacional já não existiam⁶¹. Os colonizadores conseguiram, de acordo com sua filosofia de dividir para dominar, fragmentar a unidade original ruandesa ao inventar três grupos distintos denominados “raças”⁶², conceito substituído mais tarde pelos conceitos de tribo e de etnia⁶³. Em outras palavras, os tutsis, os hutus e os twas foram transformados em três etnias diferentes, com suas respectivas identidades coletivas⁶⁴.

Mas como os colonizadores belgas conseguiram fazer isso? Não podemos esquecer que a Conferência de Berlim, com base na qual foi decretada a mundialização da colonização do continente africano, encerrou seus trabalhos em fevereiro de 1885, coincidindo com o nascimento da “História Natural da Humanidade”, ciência da qual brotara a chamada ciência das raças, a antropologia racial⁶⁵.

A conferência foi aberta no sábado, 15 de novembro, às 14 horas, pelo Príncipe Bismark sentado à cabeceira de uma mesa de ferro. O grande mapa da África de Kiepert, estava pendurado diante dele. [...] Não é demais lembrar que a conferência de Berlim se inscreveu no quadro da história das relações internacionais. A África não era aí senão uma parada mais ou menos cobiçada nessa partida arbitrada por Bismark, e a maioria das

⁶¹ Sobre esse respeito pode-se consultar Munanga (2004).

⁶² O termo *raça* foi introduzido na literatura mais especializada em inícios do século XIX, por Georges Cuvier, inaugurando a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Ibidem.

quatorze potências não julgaram útil enviar para aí seus melhores jogadores. Essas potências se fizeram simplesmente representar por seus embaixadores.⁶⁶

1.2 AS CIÊNCIAS, O DESENVOLVIMENTO DO RACISMO E A DOMINAÇÃO IMPERIAL

A antropologia racial, tomando emprestado o conceito de raça já existente na zoologia e na botânica, realizou uma classificação da diversidade humana em grandes raças contrastadas biologicamente e cujas características físicas eram tidas como suportes das qualidades morais, psicológicas, mentais e estéticas⁶⁷.

Foi estabelecida então uma relação intrínseca entre a biologia e a cultura, o físico e o espiritual, ou seja, o determinismo biológico que pavimentou o caminho da ideologia racista⁶⁸. A raciologia, que vigorava na Europa no século XIX, foi então aplicada aos povos africanos que, apesar de terem em comum a maior concentração de melanina e alguns traços negróides muito bem conhecidos entre nós, apresentavam também algumas diferenças, notadamente na estatura, nas cores do escurecimento da pele e em alguns detalhes do rosto⁶⁹.

O racialismo se desenvolveu e se consolidou entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX e, a partir de então, passou a dominar o pensamento ocidental⁷⁰. Ele fez parte do estabelecimento de um saber, tido como “moderno”, que auxiliava a formulação dos princípios políticos, éticos e morais⁷¹. Os efeitos disso podem ser vistos até hoje, uma vez que deixaram fortes marcas nas ciências humanas e, praticamente, na antropologia e na história sobre a África⁷².

Envoltos pela atmosfera da racionalidade e da ciência alicerçada na biologia, engendrou-se uma ciência das raças, a raciologia que tinha como objetivo explicar a diversidade humana. Entretanto, impregnada por argumentos que se pretendiam neutros e empíricos, mas eram falaciosos (para não dizer ideológicos), desembocou em uma absurda hierarquização da humanidade

⁶⁶ BRUNSCHWING, Henri. **A partilha da África Negra**. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 41.

⁶⁷ Sobre esse respeito pode-se consultar Munanga (2004).

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**, op. cit., p. 17.

⁷¹ Ibidem, idem.

⁷² Ibidem, idem.

em raças desiguais. O determinismo biológico que pavimentou o caminho do racialismo ou racismo científico que até hoje pesa negativamente no futuro coletivo dos povos não-europeus, principalmente negros e índios e seus descendentes mestiços, teve aí seus primeiros passos.⁷³

Os estudos preconceituosos, imersos em interesses sobre esse mundo não ocidental, foram instrumentos de políticas nacionais e contribuíram para uma rede de interesses político-econômicos entre os atores⁷⁴. O racismo só pode ganhar vida a partir do momento em que as nações colonizadoras, que inicialmente pensaram a si mesmas como raça, lançaram seu olhar imperialista a outros povos de modo a submetê-los mais facilmente⁷⁵. A ciência, dessa forma, tornou-se o artifício que justificou a dominação e que criou uma nova necessidade⁷⁶.

Em Ruanda, apesar da mestiçagem, os arquétipos físicos dos três grupos continuavam existindo⁷⁷. Os hutus apresentavam rostos sólidos e redondos, pele escura, nariz achatado, lábios grossos e mandíbulas quadradas⁷⁸. Os tutsis tinham rostos delgados e compridos, pele não tão escura, nariz estreito, lábios finos e queixo estreito, além de serem mais magros e altos que os hutus⁷⁹. Os twas também tinham a pele mais clara e uma estatura mais baixa⁸⁰. Conseqüentemente, essas diferenças físicas observadas entre os três grupos foram utilizadas para a aplicação da ciência das raças pelos europeus⁸¹.

A hipótese do inglês John Hanning Speke⁸² era a de que toda cultura e toda civilização na África Central haviam sido introduzidas por um povo mais alto e de aparência distinta, que ele considerava ser uma tribo caucasóide de origem etíope,

⁷³ Apud SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A Invenção do “ser negro”: um percurso de idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002, p. 11.

⁷⁴ HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**, op. cit., p. 18.

⁷⁵ SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A Invenção do “ser negro”: um percurso de idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros**, op. cit., p. 61.

⁷⁶ Ibidem, idem.

⁷⁷ Sobre esse respeito pode-se consultar Munanga (2004).

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Ibidem.

⁸² Hanning Speke (4 de maio de 1827 – 15 de setembro de 1864) foi um oficial do Exército Britânico que fez três viagens à África entre 1857 e 1858 junto com Richard Francis Burton em busca da nascente do Rio Nilo, assinalando o Lago Vitória como origem. Ele foi um dos autores pioneiros das teorias raciais desenvolvidas na Europa.

descendente do rei bíblico Davi⁸³. Era, portanto, uma raça superior aos negróides nativos⁸⁴. Essa “raça” compreendia muitas tribos, incluindo os tutsis⁸⁵.

Todas as etnias criavam gado e tendiam a dominar as massas negróides. Mas a aparência física dos tutsis impressionava muito Speke, pois apesar do encrespamento do cabelo e do escurecimento da pele, que segundo ele eram provocados pela mestiçagem, ela havia mantido uma elevada estampa de fisionomia asiática da qual uma característica era notável: um nariz afinado em vez de achatado⁸⁶.

Juntando os seus estudos com os dados das Escrituras, Speke conclui que essa raça “dominante”, “semi-sem-hamítica” (resultante de mestiçagem entre semitas e camitas), era de cristãos perdidos, e sugeriu que, com um pouco de educação britânica, essas pessoas poderiam ser quase “tão superiores em tudo” quanto a um inglês como ele⁸⁷.

Ao receber da Liga das Nações a tutela de Ruanda e Burundi, os belgas conservaram o modelo de administração indireta que os alemães já haviam adotado durante a sua colonização⁸⁸. Por isso, procuraram os traços existentes da civilização que se aproximassem mais das suas próprias idéias de dominação e submissão e os modelaram de modo a encaixá-los em seus propósitos⁸⁹.

Além dos chefes militares e administradores que qualquer sistema de ocupação colonial exigia, eles enviaram também um verdadeiro exército de clérigos e um grupo de cientistas⁹⁰. Estes últimos levaram balanças, fitas métricas e compassos, e saíram pesando ruandeses, medindo sua capacidade craniana e realizando análises comparativas da protuberância relativa de seus narizes⁹¹.

É claro que os belgas encontraram aquilo que esperavam de acordo com a hipótese hamítica de John Hanning Speke⁹². Os tutsis tinham dimensões “mais nobres”, mais naturalmente “aristocráticas” que as dos “rústicos” e “brutos” hutus⁹³.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ Ibidem.

⁹² Ibidem.

⁹³ Ibidem.

No índice nasal, por exemplo, o nariz médio tutsi era dois milímetros e meio mais longo e quase cinco milímetros mais fino que o nariz hutu médio⁹⁴.

Com o passar dos anos, observadores europeus tentaram ir ainda mais longe do que Speke afirmando que a raça dominante de Ruanda havia se originado da Melanésia, na cidade perdida de Atlântida, ou, de acordo com um diplomata francês, no espaço sideral⁹⁵.

Em parceria com a Igreja Católica Romana e se utilizando do mito hamítico, os colonizadores belgas governaram, parcialmente, Ruanda e Burundi⁹⁶. Eles providenciaram a reorganização da sociedade ruandesa em função das assim chamadas linhas étnicas⁹⁷.

O Monsenhor Léon Classe, o primeiro bispo de Ruanda, foi um grande defensor da cassação dos direitos civis dos hutus e do reforço da “tradicional” hegemonia dos bem-nascidos tutsis⁹⁸. Em 1930, ele alertou que qualquer esforço para substituir chefes tutsis por “incultos” hutus levaria todo o Estado diretamente à anarquia e ao cruel comunismo antieuropeu⁹⁹. Acrescentou que não havia chefes mais qualificados, mais inteligentes e mais capazes de valorizar o progresso que os tutsis¹⁰⁰. Novamente percebemos o “olhar imperial” que foi descrito por Hernandez e também uma das características do imperialismo: o conceito de progresso.

As tradicionais estruturas regionais, que haviam proporcionado aos hutus a sua última esperança de ter pelo menos uma autonomia local, foram sistematicamente desorganizadas e, assim, as elites tutsis receberam um poder quase ilimitado para explorar o trabalho dos hutus e deles cobrar impostos¹⁰¹.

Entre 1933 e 1934 os belgas desenvolveram um censo, com o objetivo de emitir carteiras de identidade “étnica” que rotulavam cada ruandês como hutu, tutsi e twa¹⁰². Tais documentos tornaram virtualmente impossível aos hutus se transformarem em tutsis, e permitiram que os colonizadores aperfeiçoassem um sistema de segregação enraizado no mito da superioridade tutsi¹⁰³.

⁹⁴ Ibidem.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ Ibidem.

⁹⁷ Ibidem.

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ Ibidem.

¹⁰⁰ Ibidem.

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ Ibidem.

A maioria tutsi, com desejo de posse e temendo a possibilidade de sofrer os abusos que ela própria era encorajada a infligir sobre os hutus, aceitou a competência como um dever¹⁰⁴.

As escolas católicas, que dominavam o sistema educacional colonial, praticavam uma discriminação aberta em favor dos tutsis, que gozavam do monopólio dos cargos políticos e administrativos¹⁰⁵. Enquanto isso os hutus viam encolher ainda mais as suas limitadas oportunidades de inserção social¹⁰⁶.

Nada define tão vivamente a partilha quanto o regime belga de trabalhos forçados, que requeria verdadeiros exércitos de hutus para trabalhar em massa nas plantações, na construção de estradas e na silvicultura, sob as ordens de capatazes tutsis¹⁰⁷.

O que quer que a identidade hutu e tutsi tenha significado na situação pré-colonial já não importava mais, pois os belgas haviam feito da “etnicidade” o traço definidor da existência ruandesa¹⁰⁸. Apesar disso, a maior parte dos hutus e tutsis ainda mantinha relações bastante cordiais (os casamentos entre ambos continuavam e o destino dos *petits tutsis* das colinas permanecia indistinguível do destino de seus vizinhos hutus)¹⁰⁹.

No entanto, com cada criança educada na escola pela doutrina da superioridade e inferioridade racial, a idéia de uma identidade nacional coletiva foi derrubada¹¹⁰. Assim, em cada lado da fronteira tutsi-hutu desenvolveram-se discursos mutuamente excludentes: um baseado no argumento do direito adquirido, o outro no da ofensa à justiça¹¹¹.

Os tutsis defendiam que haviam adquirido o direito de superioridade por serem mais bem dotados fisicamente, o que lhes dava mais inteligência e então, o direito de comandar (discurso criado e alimentado pelos colonizadores como forma de manter o domínio sobre as suas colônias). Já os hutus defendiam que era uma ofensa essa exclusão por não ser justa, afinal eles não tinham culpa de ter nascido com um nariz menos afilado. Dessa forma, tutsis e hutus se separavam cada vez mais, pois

¹⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem.

não conseguiam se perceber de forma unida e coesa como antes da colonização. As “diferenças” eram exaltadas em cada discurso excludente.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os sacerdotes de origem flamenga, que começaram a aparecer em Ruanda, identificavam-se com os hutus e encorajavam suas aspirações por mudanças políticas¹¹². Os sacerdotes não se aproximaram dos hutus por questão de afinidade, mas sim, por perceberem a iminência de uma tomada de poder. Ao mesmo tempo, a administração colonial da Bélgica havia sido submetida à curadoria das Nações Unidas, que pressionavam para preparar o terreno para a independência de Ruanda¹¹³.

Ativistas políticos hutus começaram a clamar pelo governo da maioria e por sua própria “revolução social”¹¹⁴. Isso deixa claro que a luta política em Ruanda nunca foi de fato uma busca pela igualdade¹¹⁵. A questão era simplesmente saber quem iria dominar o “Estado bipolar”¹¹⁶.

Podemos chegar a essa conclusão porque não havia luta pelo poder em Ruanda. Não até os colonizadores definirem que um determinado grupo étnico devia se sobrepor ao outro. E se não havia disputa por poder é porque os ruandeses viviam de forma igualitária e pacífica. Mas quem iria dominar esse Estado que fora bipolarizado pelos colonizadores europeus? O grupo apoiado por eles para que o domínio fosse garantido mesmo depois da independência ruandesa.

Em março de 1957, um grupo de nove intelectuais hutus publicou um documento conhecido como o “Manifesto Hutu”, reivindicando “democracia”, não por meio da rejeição do mito hamítico, mas receando a sua comprovação¹¹⁷. Eles diziam que se os tutsis eram invasores estrangeiros, então Ruanda era, por direito, uma nação de maioria hutu¹¹⁸.

Os fatos anteriormente descritos caracterizaram o pensamento democrático em Ruanda: os hutus tinham os números a seu favor¹¹⁹. O manifesto rejeitava firmemente a abolição das carteiras de identidade étnica pelo temor de “impedir a lei

¹¹² Ibidem.

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ Ibidem.

¹¹⁵ Ibidem.

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Ibidem.

estatística de estabelecer a verdade dos fatos, como se o fato de ser hutu ou tutsi implicasse automaticamente a posição política dos indivíduos”¹²⁰.

São poucos os ruandeses vivos que já ouviram falar de John Hanning Speke, mas a maioria deles conhece a essência de suas idéias – as de que os africanos que mais se assemelhavam às tribos da Europa estavam inerentemente dotados de superioridade – e sabem que, aceitando-o ou rejeitando-o, poucos ruandeses negariam que o mito hamítico era uma das idéias essenciais pelas quais eles compreenderiam sua identidade neste mundo¹²¹.

Em novembro de 1992, o ideólogo do Poder Hutu, Léon Mugesera, pronunciou um discurso famoso conclamando os hutus a mandar os tutsis de volta à Etiópia pelo rio Nyabarongo, um tributário do Nilo que atravessa Ruanda¹²². Ele não precisou repetir sua fala, pois em abril de 1994 o rio estava atulhado de tutsis mortos e dezenas de milhares de corpos jaziam nas margens do Lago Vitória¹²³.

Não poderíamos entender o porquê do Genocídio de 1994 sem antes estudarmos os seus antecedentes, uma vez que o passado se apresenta como uma maneira de se conhecer e entender melhor o presente.

É interessante observarmos o questionamento de Ortiz:

O que surpreende o leitor, ao se retomar as teorias explicativas do Brasil, elaboradas em fins do século XIX e início do século XX, é a sua implausibilidade. Como foi possível a existência de tais interpretações, e, mais ainda, que elas tenham se alçado ao *status* de Ciências?¹²⁴

A citação acima refere-se ao caso do Brasil, mas ela pode ser aplicada ao caso de Ruanda, uma vez que as teorias raciais aplicadas em ambos os países foram semelhantes. Essas teorias se propagaram pelo mundo sempre levando em consideração as características físicas que mais se aproximavam dos povos ditos “superiores”: os europeus.

O positivismo de Comte, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer são apenas algumas das teorias elaboradas na Europa em meados do século XIX, distintas entre si, mas que podem ser consideradas sob um aspecto único: o da

¹²⁰ Ibidem.

¹²¹ Ibidem.

¹²² Ibidem.

¹²³ Ibidem.

¹²⁴ ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 13.

“evolução” histórica dos povos. E essas teorias refletiram não só na Europa, mas também nos países colonizados como Ruanda, afinal, elas foram desenvolvidas para serem aplicadas nesses países ditos como “inferiores”.

Foi grande a influência dessas teorias, pois elas serviram de base para o desenvolvimento das teorias raciais, já que vinham com idéias evolucionistas. O “positivismo” defendendo a idéia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro¹²⁵; o “darwinismo” explicando a evolução dos seres vivos por meio da seleção natural¹²⁶; e, por fim, o “evolucionismo” acreditando que as sociedades têm início num estado primitivo e gradualmente vão se tornando mais civilizadas com o passar do tempo¹²⁷.

Seria estranho não sentirmos um certo mal-estar ao percebermos que, para existir uma sociedade com melhores condições de vida, devem existir outras taxadas de “atrasadas”. E isso foi o que originou e o que poderá estar sempre originando povos, essa relação entre pólos que se complementam, mas que são colocados como opostos. Mas como isso foi possível? Como foi aceito? Como conseguiram se utilizar de uma ciência para explicar a “evolução” dos povos?

Foucault vai dizer que:

O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pese só como força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma de saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.¹²⁸

Em outras palavras o autor quer dizer que análise da produção dos discursos é considerada fundamental para a compreensão do exercício de poder. E a aplicação dessa “ciência” não seria um exercício de poder dos colonizadores sobre os colonizados?

Foucault também vai afirmar que:

A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de

¹²⁵ Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Positivismo> >. Acesso em: 12 dez. 2009.

¹²⁶ Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Darwinismo#Dados_geol.C3.B3gicos >. Acesso em: 12 dez. 2009.

¹²⁷ Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Evolucionismo_social >. Acesso em: 12 dez. 2009.

¹²⁸ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 8.

certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam (sic).¹²⁹

A partir da citação de Foucault fica perceptível que os discursos não são neutros, e que, ao contrário, eles estão nas relações de poder e são colocados como verdades para engendrar práticas de dominação, uma vez que não existe prática sem discurso. Como defendem os teóricos críticos, não há produção de conhecimento que seja feita de forma neutra e, portanto, não há conhecimento neutro. Os próprios teóricos se incluem nessa lógica, afirmando que a Teoria Crítica não é, e nem objetiva ser, neutra.

Ortiz diz que:

Na verdade, o evolucionismo se propunha a encontrar um nexos entre as diferentes sociedades humanas ao longo da história; aceitando como postulado que o “simples” (povos primitivos) evolui naturalmente para o mais “complexo” (sociedades ocidentais), procurava-se estabelecer as leis que presidiriam o progresso das civilizações.

[...] A “superioridade” da civilização européia torna-se assim decorrente das leis naturais que orientariam a história dos povos.¹³⁰

A citação esclarece que, além do engendramento dos discursos (relação entre discurso e poder), para manter as teorias raciais, foram desenvolvidas leis, ditas como leis naturais. Dessa forma, percebe-se também duas noções particulares: a noção do meio e a noção da raça. Em outras palavras, a raça estaria diretamente ligada ao meio e este seria o fator determinante de tudo. A crença no determinismo provocado pelo meio ambiente desembocou numa perspectiva pessimista, e as considerações a partir das teorias raciais agravaram ainda mais este quadro¹³¹.

Não poderíamos deixar de analisar o imperialismo em consonância com o racismo, uma vez que o primeiro, em sua forma de expansão, acelerou a violência

¹²⁹ FOUCAULT, Michel. **A origem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 43.

¹³⁰ ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**, op. cit., p. 14.

¹³¹ Ibidem, p. 21.

geográfica com a exploração generalizada dos diversos espaços geopolíticos do continente africano¹³².

Segundo Hannah Arendt, a idéia central do imperialismo “contém uma esfera política traduzida por uma base ilimitada de poder cujo suporte é a força política presente na vocação para a dominação global”¹³³.

Hernandez afirma que:

É rigorosamente verdadeiro que a história dos imperialismos (por exemplo, britânico, francês, belga, alemão e português) tem inúmeras referências de conflitos nas quais os representantes do “fator imperial” criticam enfaticamente o despropósito da dominação dos administradores coloniais e suas desastrosas consequências para as populações africanas. Mas poucas vezes as contendas tiveram como resultado diminuir o espaço político dos administradores coloniais, ou mesmo, comprovadas as atrocidades cometidas contra os nativos, remover o administrador colonial [...] ¹³⁴

Então, segundo a autora, não se sustenta historicamente uma relação causal entre a existência do “fator imperial” e um suposto controle rígido e pontual das administrações coloniais¹³⁵. O que Hernandez procura enfatizar, tomando como instrumento teórico as análises de Hannah Arendt, é o fato de que as práticas políticas criaram e mantiveram relações sociais fundadas na assimetria, na hierarquia e na extrema desigualdade entre europeus e nativos¹³⁶.

Arendt diz que um elemento fundamental de enraizamento e sustentação do domínio colonial foi o racismo¹³⁷. E Hernandez continua:

Essa é uma de suas contribuições mais esclarecedoras, na medida em que permite explicar que os homens europeus concordam quanto aos meios e aos fins da dominação colonialista, plenamente justificados pelo racismo, o qual, provocando a perda do senso da realidade do europeu em contato com outros povos, fornece um conjunto de elementos para que as sociedades coloniais

¹³² HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*, op. cit., p. 91.

¹³³ Apud HERNANDEZ, Leila. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*, op. cit., idem.

¹³⁴ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*, op. cit., p. 92.

¹³⁵ Ibidem, idem.

¹³⁶ Ibidem, idem.

¹³⁷ Apud HERNANDEZ, Leila. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*, op. cit., p. 93.

se ordenem internamente como um organismo regido por uma arbitrariedade justificada pela “superioridade da raça branca”.¹³⁸

Nessa elaboração, o racismo advém da quebra do valor atribuído ao ser humano, no caso, o negro, que subtraído de suas qualidades substanciais perde a possibilidade de ser tratado como “semelhante” em um “mundo compartilhado”¹³⁹.

O “imperialismo colonial” estaria então comprometido com a construção de uma ideologia capaz de unir a prática das condições de exploração e de dominação com as formas de justificá-las¹⁴⁰.

Segundo Hernandez, as experiências históricas efetivas demonstraram que o “imperialismo colonial” dispunha de mecanismos ideológicos que levavam as massas a se identificar com o Estado e a nação imperiais, conferindo justificação e reconhecendo legitimidade ao sistema político e social de seu país¹⁴¹.

Manuel Bonfim denunciou as teorias raciais como ideologias que procuravam legitimar uma situação de exploração em detrimento das nações subdesenvolvidas¹⁴². Ele manifestou: “levada à prática a teoria (racista) deu o seguinte resultado: vão os povos ‘superiores’ aos países onde existem esses povos ‘inferiores’, organizam-lhes a vida conforme as suas tradições - deles ‘superiores’-, instituem-se em classes dirigentes e obrigam os inferiores a trabalhar para sustentá-los; e, se estes não o quiserem, então que os matem e eliminem de qualquer forma, a fim de ficar a terra para os superiores [...] Tal é em síntese a teoria das raças inferiores”¹⁴³. Novamente percebe-se que a importância era a terra e por quem/como ela iria ser administrada.

Ao estudarmos as origens das teorias raciológicas percebemos que elas surgiram em meados do século XIX devido ao florescimento de diversos estudos que buscavam explicar as diferenças entre os homens¹⁴⁴. Exemplos: Retzius, anatomista e antropólogo sueco, desenvolveu uma técnica para medidas cranianas em 1842; Pierre Borca fundou a primeira sociedade de Antropologia em Paris em 1859, e se especializou em craniologia; Quatrefages tornou-se professor de anatomia e

¹³⁸ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*, op. cit., idem.

¹³⁹ Ibidem, idem.

¹⁴⁰ Ibidem, idem.

¹⁴¹ Ibidem, idem.

¹⁴² Apud ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, op. cit., p. 26.

¹⁴³ Ibidem, idem.

¹⁴⁴ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, op. cit., p. 28.

etnologia do Museu de História Natural de Paris em 1855, e em 1877 publicou o livro *L'Espèce Humaine*¹⁴⁵.

E Ortiz explica:

O momento científico é de fundação de uma antropologia profissional que se volta para os estudos anatômicos e craniológicos, procurando responder assim às indagações a respeito das diferenças entre os homens. A questão não era nova, pelo contrário, já se encontrava em Spencer, Darwin e outros autores; no entanto, o que caracteriza as análises raciológicas de então é uma multiplicação de experiências empíricas que aparentemente legitimam o estatuto científico das teorias construídas. Este processo de legitimação é fundamental, pois o espírito positivista que predomina requer a confirmação empírica dos argumentos enunciados teoricamente. Meados do século é também o momento da vulgarização das idéias a respeito da evolução social e seu vínculo imediato com as premissas raciais.¹⁴⁶

Segundo Lilia Schwarcz, os estudos antropológicos nascem diretamente vinculados às ciências físicas e biológicas, em sua interpretação poligenista, já as análises etnológicas mantêm-se ligadas a uma orientação humanista e de tradição monogenista¹⁴⁷. Dessa forma, entendida como um ramo das ciências naturais, a antropologia dedicava-se sobretudo à medição craniométrica, material considerado privilegiado para a análise dos povos e de sua contribuição¹⁴⁸

Paul Broca, famoso anatomista e craniologista, foi um estudioso da biologia humana e defensor das teorias poligenistas¹⁴⁹. Segundo ele, o principal elemento de análise era o crânio, a partir do qual se poderia comprovar a inter-relação entre inferioridade física e mental¹⁵⁰. O objetivo era, dessa maneira, chegar à reconstrução de “tipos”, “raças puras”, já que se condenava a hibridação humana, em função de uma suposta esterilidade das “espécies miscigenadas”¹⁵¹

¹⁴⁵ Ibidem, idem.

¹⁴⁶ Ibidem, idem.

¹⁴⁷ A visão *monogenista* diz que a humanidade é una; já a visão *poligenista* acredita na existência de vários centros de criação, onde estes corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observadas. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. Companhia das Letras, 1993, p. 53.

¹⁴⁸ Ibidem, idem.

¹⁴⁹ Ibidem, idem.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 54.

¹⁵¹ Ibidem, idem.

Diante das críticas recebidas, entre meados e fins do século XIX, as teorias raciológicas (ou raciais) tiveram que mostrar o seu caráter empírico¹⁵². Na França, em 1982, Paul Topinard, discípulo de Broca, estabeleceu a distinção entre raça e “tipo”, e argumentou no sentido da dificuldade de se falar em raças biológicas¹⁵³. Os estudos de Denicker – *Les Races de l’Europe* – também na década de 80 do século XX, reforçaram ainda mais a crítica às antigas teorias raciais, uma vez que se considera o próprio conceito de raça como aplicável somente ao reino da zoologia e não às sociedades humanas¹⁵⁴.

Mas enquanto as teorias raciais perdiam suas forças na Europa, elas se fincavam cada vez mais nos países ditos subdesenvolvidos. Reforçamos aqui então a questão do imperialismo, pois o mundo colonial fora tão completamente transformado numa coleção de Estados nominalmente soberanos depois de 1945 que retrospectivamente pode parecer que isso não só era inevitável como era aquilo que os povos coloniais sempre haviam querido¹⁵⁵.

Hobsbawn afirma que:

Na verdade, mesmo onde existia um “povo” que claramente se tinha ou era reconhecido como tal, e que os europeus gostavam de descrever como uma “tribo”, a idéia de que ele podia ser territorialmente separado de outro povo com o qual coexistia, se misturava e dividia funções, era difícil de captar, porque fazia pouco sentido. Nessas regiões, a única base para tais Estados independentes do tipo do século XX eram os territórios nos quais a conquista e a rivalidade imperial os havia dividido, em geral sem qualquer respeito às estruturas locais. O mundo pós-colonial está assim quase inteiramente dividido pelas fronteiras do imperialismo.¹⁵⁶

Segundo Ortiz “a questão da raça é a linguagem através da qual se apreende a realidade social, ela reflete inclusive o impasse da construção de um Estado nacional que ainda não se consolidou”¹⁵⁷. Permitiria-me ampliar o argumento afirmando que o conceito de raça foi criado justamente para que os Estados já existentes pudessem

¹⁵² ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**, op. cit., p. 29.

¹⁵³ Ibidem, idem.

¹⁵⁴ Ibidem, idem.

¹⁵⁵ HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 205.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 206.

¹⁵⁷ ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**, op. cit., p. 30.

se utilizar dos Estados que ainda se constituiriam nas chamadas regiões periféricas¹⁵⁸.

A África sempre foi rica em fontes naturais e o seu povo era coeso e conseguia viver pacificamente. O que mais poderia brotar dali se não grandes potências? Quando os ruandeses perceberam-se diferentes e com a possibilidade de um dominar o outro, o sentimento de disputa prevaleceu. Kabengele Munanga afirmara que tanto a paz quanto a violência deveriam ser entendidas como resultantes de processos históricos, e não como fenômenos naturais¹⁵⁹. Afinal, somos nós quem construímos a História, ou é ela quem nos constrói?

2 O GENOCÍDIO DE 1994

2.1 A ÁFRICA NEGRA E A ÁFRICA BRANCA

Previamente ao relato do Genocídio de 1994 em Ruanda, seria interessante entender as duas Áfricas que compõem o continente africano. O continente que serviu de palco para um dos maiores extermínios de etnias que a comunidade internacional já viu.

Devido à ocultação da complexidade e à dinâmica cultural da África, é possível o ocultamento de suas características específicas em relação aos europeus e até mesmo em relação aos americanos¹⁶⁰. As diferenças são então tratadas segundo um modelo de organização social e política, bem como de padrões culturais próprios da civilização européia¹⁶¹. Dessa forma, fazendo-se uma comparação entre o que seria conhecido e o que seria desconhecido, a África não teria nem povo, nem nação, nem Estado¹⁶². Não teria passado, logo, não teria História¹⁶³.

O problema conseqüente desta lógica interpretativa é o fato de que até mesmo o diverso, como é o caso da África, que é tão ampla e diversificada em termos

¹⁵⁸ Conceito desenvolvido pelos colonizadores para classificar os países que estariam à margem dos Estados “desenvolvidos”.

¹⁵⁹ Sobre esse respeito pode-se consultar Munanga (2004).

¹⁶⁰ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*, op. cit., p. 18.

¹⁶¹ *Ibidem*, *idem*.

¹⁶² *Ibidem*, *idem*.

¹⁶³ *Ibidem*, *idem*.

culturais, deve ser enquadrado no grau inferior de uma escala evolutiva que classifica os povos em primitivos e civilizados¹⁶⁴. Mas qual África?

Hernandez esclarece:

[...] Teria havido uma cisão em tempos remotos entre uma África branca com características mais próximas dos ocidentais e uma África negra que se ignoravam mutuamente porque, separadas pelo deserto do Saara, ficavam impedidas de qualquer comunicação.¹⁶⁵

É claro que essas afirmações são equívocas, e a autora enfatiza isso, mas elas integraram o discurso que operava com imagens e que ganhava um revestimento teórico com a emergência dos então sistemas classificatórios da segunda metade do século XVIII e da primeira metade do século XIX¹⁶⁶. Esse sistema classificatório inicialmente foi desenvolvido para ser aplicado ao reino vegetal, mas, posteriormente, foi aplicado também ao reino animal¹⁶⁷.

Eis de que forma foi constituído no século XIX o sistema classificatório, dividido em cinco variedades:

- a) Homem selvagem. Quadrúpede, mudo, peludo.
- b) Americano. Cor de cobre, colérico, ereto. Cabelo negro, liso, espesso; narinas largas; semblante rude; barba rala; obstinado, alegre, livre. Pinta-se com finas linhas vermelhas. Guia-se por costumes.
- c) Europeu. Claro, sanguíneo, musculoso; cabelo louro, castanho, ondulado; olhos azuis; delicado, perspicaz, inventivo. Coberto por vestes justas. Governado por leis.
- d) Asiático. Escuro, melancólico, rígido; cabelos negros; olhos escuros, severo, orgulhoso, cobiçoso. Coberto por vestimentas soltas. Governado por opiniões.
- e) Africano. Negro, fleumático, relaxado. Cabelos negros, crespos; pele acetinada; nariz achatado, lábios túmidos; engenhoso, indolente, negligente. Unta-se com gordura. Governado pelo capricho.¹⁶⁸

¹⁶⁴ Ibidem, idem.

¹⁶⁵ Ibidem, idem.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Apud HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea**, op. cit., p. 19.

A “ciência” desenvolvida na Europa foi colocada em prática sobre outras regiões do globo (destacamos no presente trabalho a África), e o “olhar” de tais idéias sempre foram etnocêntricos, gerando, com isso, a crença de superioridade e dominação sobre outros grupos tidos como inferiores. E exemplo disto são as diversas formas como foram, e continuam sendo descritas as características do “outro”.

O sistema citado fez parte do discurso político-ideológico europeu e reforça ainda mais o que foi exposto no Capítulo 1º do presente trabalho sobre as teorias raciais, uma vez que enfatiza as diferenças físicas como justificativas para definir e separar tipos humanos. Da mesma forma como coloca Santos: “A cor deixa de ser um qualitativo e ganha um caráter essencial, passando a revelar o ser de uma pessoa” ¹⁶⁹ e, completando, “se os traços físicos estabeleciam uma conduta, seria importante desenvolver uma ciência da aparência” ¹⁷⁰.

Hegel afirma que:

A África propriamente dita é a parte característica deste continente. Começamos pela consideração deste continente, porque em seguida podemos deixá-lo de lado, por assim dizer. Não tem interesse histórico próprio, senão o de que os homens vivem ali na barbárie e na selvageria, sem fornecer nenhum elemento a civilização. Por mais que retrocedamos na história, acharemos que a África está sempre fechada no contato com o resto do mundo, é um Eldorado recolhido em si mesmo, é o país criança, envolvido na escuridão da noite, aquém da luz da história consciente. [...] Nesta parte principal da África, não pode haver história.¹⁷¹

Hernandez faz uma análise sobre a afirmação de Hegel que é interessante destacar. Para a autora, desta exposição podem-se ressaltar três pontos: o primeiro seria o da África como sendo um continente selvagem, onde o que predominaria seria a natureza, então a África não produziria nem cultura, nem história; o segundo seria o da relação do africano com o próprio africano e com o europeu, no que se refere às diferenças; e o terceiro seria o africano da África subsaariana como sujeito

¹⁶⁹ SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A Invenção do “ser negro”: um percurso de idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros**, op. cit., p. 59.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 58.

¹⁷¹ HEGEL, George W. F. **Filosofia de La Historia Universal**. Madri: Revista de Occidente, 1928, t. 1, p. 187 apud HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea**, op. cit., p. 20.

sem “vontade racional”, em outras palavras, um sujeito sem critérios racionais para modificar a realidade¹⁷².

Podemos então dizer que, para Hegel, os africanos estariam muito aquém dos europeus e nunca conseguiriam se equiparar a eles uma vez que não tinham capacidade para se “desenvolver”.

A relação do que foi exposto com o Genocídio de 1994 é a de que os colonizadores não só dividiram Ruanda em três grupos étnicos, mas dividiram também a África como um todo. Novamente ressaltamos aqui a filosofia colonizadora de dividir para dominar que se mostra presente em quase todas as regiões do continente. Por que uma África branca e uma África negra? Por que criar mais uma divisão entre povos que se mostravam tão coesos?

A partir do momento em que foram criadas as idéias racialistas, os africanos colonizados tiveram, e têm que enfrentar uma “dupla servidão”: como ser humano e no mundo do trabalho¹⁷³. Atribuiríamos mais outra: como símbolo de uma essência racial imaginária, ilusoriamente inferior¹⁷⁴.

Hernandez completa: “O negro, marcado pela pigmentação da pele, transformado em mercadoria e destinado a diversas formas compulsórias de trabalho, também é símbolo de uma essência racial imaginária, ilusoriamente inferior”¹⁷⁵.

Quando se fala nos conflitos africanos é muito comum pensar que se referem somente à conflitos étnicos¹⁷⁶, dessa forma, cabe refletirmos sobre a afirmação do historiador Pio Penna Filho¹⁷⁷, em entrevista à Nereide Cerqueira: “Cada conflito deve ser estudado em suas características próprias, inclusive, analisado em perspectiva histórica, para que possamos melhor compreendê-los”¹⁷⁸. Talvez esse “erro” de julgamento quanto à natureza dos conflitos africanos tenha contribuído também para que o conflito ruandês tomasse as proporções que tomou.

2.2 A CONCEITUAÇÃO DO TERMO GENOCÍDIO

¹⁷² Ibidem, idem e p. 21.

¹⁷³ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*, op. cit., p. 23.

¹⁷⁴ Ibidem, idem.

¹⁷⁵ Ibidem, idem.

¹⁷⁶ Exemplos: conflito étnico no Senegal e em Mali.

¹⁷⁷ Historiador e professor da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMG).

¹⁷⁸ Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/index.php?section=8&edicao=34&id=406>>.

Acesso em: 23 nov. 2009.

O termo Genocídio foi usado pela primeira vez em 1944 para indicar a destruição em massa de um grupo étnico, assim como todo projeto sistemático que tenha por objetivo eliminar um aspecto fundamental da cultura de um povo¹⁷⁹.

Diante desse conceito é possível afirmar então que o Genocídio é um fenômeno bastante antigo, mas que de fato só foi pensado a partir da Segunda Guerra Mundial, uma vez que a mesma deixou a comunidade internacional arrasada diante do holocausto causado por Hitler, na Alemanha.

De acordo com o artigo 2º de um projeto de Convenção aprovado pela Assembléia Geral da ONU em 1948, o Genocídio define-se como se segue:

Por Genocídio entende-se qualquer um dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir no seu todo, ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal:

- a) Extermínio de membros do grupo.
- b) Atentado grave contra a integridade física ou mental dos membros do grupo.
- c) Submissão intencional do grupo a condições de existência tendentes a provocar sua destruição física, total ou parcial.
- d) Medidas tendentes a impedir os nascimentos no âmbito do grupo.
- e) Transferência forçada de crianças de um grupo para outro grupo.¹⁸⁰

A Convenção das Nações Unidas estabelece o princípio da responsabilidade individual para as pessoas que cometem atos de Genocídio e determina também a punição para quem os comete¹⁸¹. Ela prescreve punições para a pública instigação, tentativa e cumplicidade no Genocídio¹⁸².

Apesar de todos esses cuidados, ela foi criticada sob vários aspectos, dentre eles, a “indeterminação da questão da penalidade deixada integralmente ao árbitro dos Estados signatários”¹⁸³.

É importante a compreensão do termo Genocídio para que possamos, de fato, absorver, sem dúvida alguma, o episódio ocorrido em Ruanda em 1994. Um genocídio que deixou como herança uma ferida moral que teima em não cicatrizar e

¹⁷⁹ BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11º ed., 1998, p. 543.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 544.

¹⁸¹ Ibidem, idem.

¹⁸² Ibidem, idem.

¹⁸³ Ibidem, idem.

que, embora a situação já tenha se acalmado, as lembranças dos massacres ainda estão presentes nos corações e nas mentes tanto de tutsis como de hutus¹⁸⁴.

2.3 A FALTA DE VONTADE POLÍTICA E OS “ERROS” DE JULGAMENTO

É preciso que a dita comunidade internacional não deixe que situações controláveis como a de Ruanda voltem a acontecer. Em grande parte foi por inoperância da comunidade internacional, principalmente da ONU, que o genocídio em Ruanda ocorreu em 1994. Infelizmente essa é ainda uma incômoda realidade. Enquanto muito se discute na ONU muito pouco está sendo feito em termos práticos para estancar de vez um novo genocídio que vem ocorrendo na atualidade na região de Darfur, no Sudão. É preciso, portanto, agir. Para isso falta o que chamamos de vontade política.¹⁸⁵

Podemos iniciar este subtítulo com a citação de Penna Filho, uma vez que o mesmo ressalta a falta de vontade política dos países que formam o Conselho de Segurança da ONU na resolução de alguns conflitos internacionais (no presente trabalho destacamos os conflitos do continente africano).

O historiador cita o caso de Darfur como exemplo para transparecer a sua preocupação diante de um novo genocídio que pode vir a eclodir em pleno século XXI, mesmo depois de a humanidade ter assistido ao desenrolar do Genocídio de Ruanda. Penna Filho deixa bem claro que o Genocídio de Ruanda podia ter sido evitado se não fosse a falta de vontade política de alguns países.

Grande parte dos fatores que levaram ao estopim do Genocídio de Ruanda já foram abordados no Capítulo 1º do presente trabalho. O que pretendemos agora é observar possíveis ligações entre o desastre de 1994 em Ruanda e a falta de vontade política de países como a Alemanha, a Bélgica, a Suíça e os Estados Unidos. Além disso, pretendemos analisar se houve, de fato, “erros” de julgamento quanto à natureza do conflito por parte da comunidade internacional.

Depois de analisarmos as colonizações alemã e belga sobre Ruanda não fica difícil de entender as atitudes desses países diante do genocídio. Mas o que dizer da Suíça? E dos Estados Unidos? Justamente dos Estados Unidos, país membro-

¹⁸⁴ OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. **África: Terra, sociedades e conflitos**, op. cit., p. 104.

¹⁸⁵ Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/index.php?section=8&edicao=34&id=406>>. Acesso em: 23 nov. 2009. Pio Penna Filho.

permanente do Conselho de Segurança da ONU, órgão que foi criado para garantir a paz e a segurança internacionais.

No dia 3 de março de 1993 o Conselho de Segurança recebeu duas cartas, com datas de final de fevereiro do mesmo ano, vindas dos representantes permanentes nas Nações Unidas de Ruanda e Uganda¹⁸⁶. Os representantes pediam a formação de uma missão de observância e vigilância na fronteira entre os dois países para que não houvesse passagem de armas para Ruanda¹⁸⁷.

Um dia depois Ruanda encaminhou um pedido ao Conselho se referindo à formação de uma força internacional de cessar-fogo¹⁸⁸. Uganda fez o mesmo. O pedido de Ruanda resultou na formação da Missão de Observação das Nações Unidas para Uganda-Ruanda (UNOMUR), e o pedido de Uganda resultou na Missão das Nações Unidas para Assistência à Ruanda (UNAMIR)¹⁸⁹. Em relação à UNAMIR a situação deve ser analisada de forma mais detalhada.

O Conselho de Segurança, temendo a possibilidade de choques violentos entre hutus e tutsis, havia autorizado o estabelecimento de uma pequena missão de observação para operar na fronteira Uganda-Ruanda (UNOMUR)¹⁹⁰.

Mesmo diante dos avisos e indicações de que a situação entre essas minorias étnicas estava para eclodir, o Conselho de Segurança não fez nada rapidamente para deter o problema em potencial, tendo apenas autorizado a criação da UNAMIR¹⁹¹. Seis meses se passaram entre essa autorização e o desdobramento da operação em Ruanda¹⁹².

A UNAMIR iniciou então seus trabalhos operando com apenas 450 dos 5.000 homens autorizados pelo Conselho de Segurança e com apenas uma pequena fração do custo total estimado em U\$ 200 milhões¹⁹³.

Quando, finalmente, o Conselho de Segurança decidiu, em 1994, expandir o mandato da UNAMIR e reforçá-la com mais 5.500 homens, pouco se podia fazer para tentar conter o genocídio¹⁹⁴.

¹⁸⁶ UNAMIR, Background. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em: 30 nov. 2009.

¹⁸⁷ Ibidem.

¹⁸⁸ Ibidem.

¹⁸⁹ Ibidem.

¹⁹⁰ Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/imprimir.jsp?id=4130>>. Acesso em: 30 nov. 2009.

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² Ibidem.

¹⁹³ Ibidem.

¹⁹⁴ Ibidem.

Naquele ano o banco de dados das Nações Unidas contava com 39.000 soldados de infantaria¹⁹⁵. No entanto, dos 19 países que haviam ofertado essas tropas, nenhum deles se disponibilizou imediatamente para contribuir com a UNAMIR, levando-se meses para que algumas tropas fossem deslocadas¹⁹⁶. A urgência em juntar tropas e equipamentos não foi acompanhada pela disponibilidade dos países em fornecê-las¹⁹⁷. Em fins de maio, por exemplo, o governo de Gana já possuía efetivo pessoal para ser enviado à Ruanda, mas carecia de equipamentos que deveriam ser fornecidos por outros Estados membros¹⁹⁸.

As limitações materiais e as fortes pressões frente à necessidade de agir diante da onda de violência fizeram com que o Secretário Geral da ONU considerasse a oferta da França quanto ao envio de uma força multilateral à Ruanda¹⁹⁹. Este envio se traduziu na *Opération Turquoise*.

A França não sugeriu a operação por se preocupar com o que estava acontecendo em Ruanda. Havia interesses políticos por trás de toda e qualquer decisão francesa. Existem acusações pesadas contra a França no que diz respeito à própria finalidade da *Opération Turquoise*, a qual, segundo o jornalista belga C. Braeckmann teria sido enviada para resgatar soldados franceses que se encontravam cercados por forças hostis da FPR²⁰⁰.

O jornalista cita ainda a suspeita, oriunda de declarações do representante da FPR, de que a França tinha conhecimento e era cúmplice do plano de genocídio²⁰¹. A rapidez e destreza com que a *Opération Turquoise* foi conduzida levam a crer que a primeira hipótese (resgate dos franceses no local) seria plausível²⁰². Abordaremos de forma mais enfática este assunto no Capítulo 3º do presente trabalho.

Não podemos culpar o Conselho de Segurança pelo Genocídio de Ruanda, mas é fato que foram os seus países-membros que, de alguma forma, contribuíram para

¹⁹⁵ Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/imprimir.jsp?id=4130>>. Acesso em: 30 nov. 2009.

¹⁹⁶ Ibidem.

¹⁹⁷ MASCHIETTO, Roberta Holanda. **Soberania e Ingerência Internacional na África Subsaariana: uma tipologia exploratória**. Dissertação apresentada como requisito para a obtenção de grau de Mestre em Relações Internacionais. Brasília, 2005, p. 190.

¹⁹⁸ Ibidem, idem.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 191.

²⁰⁰ Ibidem, p. 192.

²⁰¹ Apud MASCHIETTO, Roberta Holanda. **Soberania e Ingerência Internacional na África Subsaariana: uma tipologia exploratória**, op. cit., idem.

²⁰² MASCHIETTO, Roberta Holanda. **Soberania e Ingerência Internacional na África Subsaariana: uma tipologia exploratória**, op. cit., idem.

que o conflito tomasse a dimensão de um genocídio, podendo até ser comparado ao holocausto da Alemanha de 1945, como fez Hatzfeld:

No país da filosofia, caso da Alemanha, o genocídio tinha por objetivo purificar o ser e o pensamento. No país rural, caso de Ruanda, o genocídio tinha por objetivo purificar a terra, desinfetá-la de seus *lavradores-baratas*.²⁰³

A retirada das tropas da ONU em Ruanda se deu antes de qualquer sinal de estabilidade no país e uma questão extra consumiu aqueles que acompanharam o desenrolar dos acontecimentos: por que tanta demora em agir²⁰⁴?

De fato, o único consenso no que diz respeito a esta questão é a de que o desastre que ocorreu em 1994 poderia ter sido evitado, considerando-se as informações abundantes sobre o que estava ocorrendo²⁰⁵.

Em 1999, o Secretário Geral, com a aprovação do Conselho de Segurança, comissionou uma investigação a fim de encontrar respostas que teriam levado a este desfecho. O resultado apresentado concluiu que os dois principais motivos pela negligência internacional resultaram de falta de vontade política e dos erros de julgamento quanto à natureza dos eventos em Ruanda.²⁰⁶

A falta de vontade política parece mais do que evidente²⁰⁷. O próprio reconhecimento dos acontecimentos em Ruanda como “genocídio” foram fator de divergência no âmbito das Nações Unidas.

Dessa forma, é possível afirmar que, a princípio, estes países não deram a verdadeira importância ao conflito, acreditando que seria apenas mais uma disputa pelo poder em mais um país da África. Além do que, não era interessante para eles a veiculação do termo genocídio, uma vez que os obrigaria a fazer uma intervenção internacional no país.

²⁰³ HATZFELD, Jean. **Uma temporada de facções: relatos do genocídio em Ruanda**, op. cit., p. 81.

²⁰⁴ MASCHIETTO, Roberta Holanda. **Soberania e Ingerência Internacional na África Subsaariana: uma tipologia exploratória**, op. cit., idem.

²⁰⁵ Ibidem, idem.

²⁰⁶ Apud MASCHIETTO, Roberta Holanda. **Soberania e Ingerência Internacional na África Subsaariana: uma tipologia exploratória**, op. cit., idem.

²⁰⁷ MASCHIETTO, Roberta Holanda. **Soberania e Ingerência Internacional na África Subsaariana: uma tipologia exploratória**, op. cit., idem.

2.4 O GENOCÍDIO DE 1994

Em 1994, entre as onze horas da segunda-feira 11 de abril e as catorze horas do sábado 14 de maio, cerca de 50 mil tutsis, de uma população perto de 59 mil, foram massacrados com facões, todos os dias da semana, das nove e meia às dezesseis horas, por milicianos vizinhos hutus, nas colinas da comuna Nyamata, em Ruanda.²⁰⁸

“Em que momento a decisão foi tomada? Como se passou a reunião fatídica? Quem foi o primeiro a falar de extermínio total? Quais foram as primeiras reações do auditório?” As indagações do jornalista Jean Hatzfeld, em seu livro “Uma temporada de facões”, nos parecem essenciais. E, segundo ele, o esclarecimento dessas questões nos obceca muito mais quando se trata de um genocídio do que de uma guerra civil, por mais assassina, selvagem e cruel que ela seja.

Há guerra quando as autoridades querem derrubar outras autoridades para instalar-se no lugar delas. Um genocídio é uma etnia que quer enterrar outra etnia. O genocídio ultrapassa a guerra, porque a intenção dura para sempre, mesmo se não for coroado de sucesso. (Christine Nyiransabimana, uma lavradora.)²⁰⁹

Segundo Hatzfeld, é preciso atribuir rostos e vozes aos assassinos evocados pelos sobreviventes. Devem-se quebrar o silêncio e as mentiras para se aproximar dos verdadeiros fatores que levaram ao extermínio. E é preciso fazê-lo, pois, nas palavras de uma jovem tutsi, “quando houve um genocídio, pode haver outro, a qualquer momento no futuro, em qualquer lugar, se a causa continua presente e se não a reconhecemos”.

Quem passeia hoje pelas ruas de Ruanda, conhecida na década de 80 do século passado como a “Suíça da África”, dificilmente encontra cães pelo caminho²¹⁰. Os cachorros foram mortos pela Frente Patriótica Ruandesa e pelos soldados das Nações Unidas, em 1994, porque estavam devorando corpos empilhados e espalhados pelas ruas²¹¹.

²⁰⁸ HATZFELD, Jean. **Uma temporada de facões: relatos do genocídio em Ruanda**, op. cit., p. 18.

²⁰⁹ Apud HATZFELD, Jean. **Uma temporada de facões: relatos do genocídio em Ruanda**, op. cit., p. 123.

²¹⁰ Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/books/1681560-uma-temporada-fac%C3%B5es/>>. Acesso em: 30 nov. 2009.

²¹¹ Ibidem.

Durante infinitas longas seis semanas, 800.000 pessoas foram mortas, o que representou aproximadamente 333 assassinatos por hora; ou 5,5 vidas exterminadas por minuto²¹². O ódio cego racista moveu genocidas em sua caça aos tutsis²¹³. Vizinho contra vizinho, marido contra mulher²¹⁴.

[...] Chamaram-me pelo nome porque todos sabiam que eu era casado com uma tutsi. [...] Estavam excitados porque tinham matado algumas pessoas. Alguém disse diante da platéia: “Jean-Baptiste, se quiser salvar a vida de sua mulher, Spéciose Mukandahunga, tem de cortar este homem agora. Ele é um farsante, mostre-nos que você não é dessa espécie”. Essa pessoa se virou e deu uma ordem: “Tragam uma faca para ele”. [...] A multidão foi engrossando. Peguei o facão, dei o primeiro golpe. Quando vi o sangue borbulhar, levei um susto, recuei um passo. Às minhas costas, alguém me deteve e me empurrou com os dois cotovelos para a frente. Fechei os olhos na gritaria e dei um segundo golpe, igualzinho. Liquidado. As pessoas aprovaram, ficaram contentes e se afastaram; eu recuei. [...] Depois disso, nos acostumamos a matar sem tantos rodeios.²¹⁵

Era possível não ensangüentar os próprios braços diante de um conhecido, sem por isso salvar-lhe a vida. De todo modo, o conhecido seria cortado pelos que vinham depois. Se você evitava um vizinho, ele podia ser cortado com mais lentidão; e você podia ser multado se alguém o observasse. Não valia a pena tentar poupar a vida de um vizinho.²¹⁶

Eugénie, três meses de idade, assassinada com golpes de machete. Laurence, oito anos, primeiro estuprada, depois espancada até perder a consciência e por fim afogada numa latrina. Channele, recém-nascida, queimada viva por seus assassinos. Katherine e Marie-Christine, queimadas com centenas de outras pessoas na igreja onde haviam se refugiado.

Enquanto essas barbáries aconteciam em Ruanda, em Nova York, a comunidade internacional se reunia em suas salas com ar-condicionado para pensar sobre a questão. A súplica por reforço e intervenção por parte da missão das Nações Unidas

²¹² Ibidem.

²¹³ Disponível em: <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,4159346,00.html>> Acesso em: 23 nov. 2009.

²¹⁴ Ibidem.

²¹⁵ HATZFELD, Jean. **Uma temporada de facões: relatos do genocídio em Ruanda**, op. cit., p. 33.

²¹⁶ Ibidem, p. 138.

em Ruanda foi ignorada com frieza em Nova York, Paris e Bruxelas²¹⁷. Os apelos das organizações de ajuda humanitária e de direitos humanos foram relativizados²¹⁸.

O então Secretário Geral da ONU, Butros Ghali, falava de uma “guerra civil de tutsis contra hutus e hutus contra tutsis”; outros representantes das Nações Unidas se referiam a “proporções genocidas”²¹⁹. A mídia ocidental achava que se tratava de “desavenças seculares entre tribos”²²⁰. Mas de fato, todos sabiam da profundidade do conflito, caso contrário, os cidadãos europeus não teriam sido evacuados em meados de abril²²¹.

Naquele momento, o importante para a comunidade internacional era evitar o conceito de “genocídio”, pois nesse caso, ela teria o dever de ajudar e o direito internacional, com base no projeto de Convenção aprovado pela Assembléia Geral em 1948, teria “obrigado” as Nações Unidas a intervir com rapidez²²².

Para Hatzfeld, a reflexão mais pertinente foi a de Claudine Kayitesi, uma lavradora sobrevivente da colina de N’tarama, que disse: “Os brancos não querem ver aquilo em que não conseguem acreditar, e não conseguem acreditar num genocídio porque se trata de uma matança que deixa todo mundo pasmo, tanto uns como aos outros”. Então, foram embora²²³.

Respondendo a questão proposta sobre de que forma a (não) ingerência internacional interferiu no Genocídio de 1994, podemos afirmar que a comunidade internacional se fez presente tanto antes, quanto durante e mesmo depois do genocídio. Em alguns momentos houve uma aproximação (colonização) e em outros um recuo (genocídio), tudo sempre galgado, claro, sobre os pilares de “força, poder e interesse” que regem as Relações Internacionais.

O chamado “mundo desenvolvido” teve, portanto, um papel ativo nos precedentes do Genocídio de Ruanda²²⁴. Inclusive por ter, como a França, apoiado politicamente e munido de armas os genocidas do regime hutu em Kigali²²⁵. Além disso, foi o poderio belga que abriu espaço para a propaganda racista e para a

²¹⁷ Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,4159346,00.html>. Acesso em: 23 nov. 2009.

²¹⁸ Ibidem.

²¹⁹ Ibidem.

²²⁰ Ibidem.

²²¹ Ibidem.

²²² Ibidem.

²²³ HATZFELD, Jean. **Uma temporada de facções: relatos do genocídio em Ruanda**, op. cit., p. 105.

²²⁴ Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,4159346,00.html>. Acesso em: 23 nov. 2009.

²²⁵ Ibidem.

separação de raças em Ruanda, algo que o país desconhecia anteriormente²²⁶, como foi descrito no Capítulo 1º do presente trabalho.

Segundo um dos assassinos, chamado Fulgence, que tinha 33 anos na época dos assassinatos em série, o olhar da vítima no momento de morrer era a “desgraça”²²⁷. Ele conta que sua primeira vítima foi uma velha, mas que ele não pensou no assunto ao voltar para casa²²⁸. “No dia seguinte, cortei pessoas vivas em pé. Foi no dia do massacre na igreja, portanto um dia muito especial”²²⁹.

A fraqueza, serenidade e até mesmo candura com que os assassinos relembram a temporada de extermínio é perturbadora. Eles contam, por exemplo, que cantarolavam diariamente no caminho para o pântano, depois vasculhavam e matavam até o apito final. À noite, tomavam cerveja no cabaré, comiam pennis de vaca, trocavam mexericos e lavavam as sujeiras de sangue. Era apenas um trabalho “menos cansativo do que plantar”. “Bastava vasculhar para colher”²³⁰.

É importante mencionarmos os *interahamwe*, que eram os líderes das milícias de extermínio²³¹. Todos aqueles que participaram do massacre, e que foram obrigados a tal, deveriam se reportar a eles, que tinham a função de policiar o trabalho dos outros hutus²³². Eles eram como uma espécie de tenente em um campo de batalha em que não havia realmente forças inimigas a se enfrentar, mas apenas a população indefesa²³³.

Nós nos entendíamos sem problemas. A não ser nos dias de pompa, quando chegavam reforços de *interahamwe* dos setores vizinhos, em veículos motorizados, para conseguirmos fazer operações amplas. Aqueles caras exaltados nos atormentavam no nosso trabalho.²³⁴

A partir do que foi exposto é notório e assustador a forma como os assassinos viviam o seu cotidiano durante o período de matanças. Tudo era tão naturalizado que um deles chegou a descrever:

²²⁶ Ibidem.

²²⁷ Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/books/1681560-uma-temporada-fac%C3%B5es/>>. Acesso em: 30 nov. 2009.

²²⁸ Ibidem.

²²⁹ HATZFELD, Jean. **Uma temporada de facões: relatos do genocídio em Ruanda**, op. cit., p. 31.

²³⁰ Ibidem.

²³¹ Disponível em: <http://mzporto.multiply.com/reviews/item/7>. Acesso em: 30 nov. 2009.

²³² Ibidem.

²³³ Ibidem.

²³⁴ HATZFELD, Jean. **Uma temporada de facões: relatos do genocídio em Ruanda**, op. cit., p. 21.

Matar era menos cansativo do que plantar. Nos pântanos, podíamos ficar horas à toa, procurando alguém para matar, sem ser punidos por isso. Podíamos ficar na sombra e bater papo sem nos sentir vagabundos. O programa do dia não durava tanto como nas lavouras. Voltávamos às três da tarde de modo a ter tempo para a pilhagem. De noite, dormíamos em segurança sem mais nenhuma preocupação com a seca. Tínhamos esquecido nossos tormentos de lavradores. Comíamos copiosamente alimentos muito nutritivos.²³⁵

Depois do genocídio, muitos estrangeiros se perguntaram como os assassinos, tão numerosos, reconheciam suas vítimas durante a balbúrdia dos massacres, já que os ruandeses das duas etnias falavam a mesma língua sem nenhum particularismo, moravam nos mesmos lugares, e as diferenças físicas entre eles, embora ocasionalmente perceptíveis, eram muito aleatórias²³⁶. A resposta é simples segundo Hatzfeld: os assassinos não precisavam reconhecer suas vítimas, pois as conheciam: num vilarejo tudo se sabe²³⁷.

2.5 A INFLUÊNCIA DO PÓS-GUERRA FRIA

Até o final da Guerra Fria havia interesse político-estratégico envolvendo o continente africano, fato que direta ou indiretamente mantinha vivo o interesse na região²³⁸. Com o fim da Guerra Fria esse interesse decaiu e o continente foi como que entregue à própria sorte, envolvido numa situação quase generalizada de insolvência²³⁹.

Primeiro houve a repartição, traçada de forma arbitrária e ignorando a realidade sociopolítica preexistente, depois a dura colonização que não respeitou as diferenças de um continente tão amplo e complexo e, por fim, quando não havia mais interesse de natureza alguma, os países “desenvolvidos” saíram do continente africano deixando lá uma grande bomba de conflitos que ficou na iminência de eclodir. A

²³⁵ Ibidem, p. 72.

²³⁶ Ibidem, p. 77.

²³⁷ Ibidem, idem.

²³⁸ FILHO, Pio Penna. **Segurança seletiva no pós-Guerra Fria: uma análise da política e dos instrumentos de segurança das Nações Unidas para os países periféricos – o caso africano**. Revista Brasileira de Política Internacional. 47 (1): 31-50 [2004], p. 36.

²³⁹ Ibidem, idem.

questão da segurança, dessa forma, se tornava primordial para o continente africano²⁴⁰.

Com uma profunda instabilidade política e econômica, os Estados africanos não têm conseguido solucionar os seus problemas e diferenças através de negociações político-institucionais²⁴¹. Assim, uma crise política localizada possui consideráveis elementos desestabilizadores que geralmente levam à tentativa da solução através de meios violentos, muitas vezes trazendo instabilidade para toda a região, como foi o caso do Genocídio de Ruanda²⁴².

Penna Filho afirma que o incremento dos conflitos africanos nos anos 1990 está claramente associado ao fim da Guerra Fria e, no que tange às ingerências externas no continente, o novo contexto internacional (contexto em que eclodiu o massacre em Ruanda, dentre outros) apresentava, a grosso modo, do ponto de vista político, as seguintes características²⁴³:

- a) a incapacidade da Rússia em projetar-se na política mundial como substituta da União Soviética, resultando em seu afastamento das questões relativas à África (houve também uma clara retração dos interesses chineses, assim como a retirada da presença cubana do continente);
- b) o negligenciamento, por parte dos Estados Unidos da América, em relação aos assuntos africanos, à exceção do tímido ensaio de aproximação verificado durante o segundo mandato do presidente Bill Clinton (sic);
- c) a escolha feita pelas potências européias intermediárias (ex-metrópoles), que optaram por um discreto distanciamento do continente africano.²⁴⁴

Como reação ao afastamento tanto dos Estados Unidos quanto das antigas metrópoles coloniais, a ONU teve que se manter mais presente no continente africano e o fez a partir da criação de várias missões de paz enviadas ao continente²⁴⁵.

²⁴⁰ Ibidem, idem.

²⁴¹ Ibidem, idem.

²⁴² Ibidem, idem.

²⁴³ Ibidem, idem.

²⁴⁴ Apud FILHO, Pio Penna. **Segurança seletiva no pós-Guerra Fria: uma análise da política e dos instrumentos de segurança das Nações Unidas para os países periféricos – o caso africano**, op. cit., p. 37.

²⁴⁵ Ibidem, p. 38.

No entanto, praticamente apenas as operações de *peacemaking*²⁴⁶ e *peacekeeping*²⁴⁷ são, na prática, levadas a efeito, o que explica, em parte, o relativo fracasso do envolvimento das Nações Unidas nos conflitos africanos, como por exemplo, das missões enviadas à Libéria (Unomil), Serra Leoa (Unomsil e Unamsil) e à própria Ruanda (Unamir), a maior parte das quais não logrou em solucionar o problema da guerra²⁴⁸.

Conclui-se que, embora a ONU seja de fato essencial para a comunidade internacional, uma vez que coordena ações de caráter geral, ainda falta muito para que os instrumentos de prevenção e de manutenção da paz se tornem de fato eficazes. Sendo as Nações Unidas uma instituição internacional formada por países, a possibilidade de harmonia e equilíbrio internacionais fica a mercê dos países membros, entende-se dos países mais influentes politicamente.

3 O INTERESSE FRANCÊS POR RUANDA

Depois de estudar os antecedentes que de alguma forma contribuíram para que o Genocídio de Ruanda eclodisse, e depois da análise do próprio genocídio em si, descrito por atores que foram protagonistas das matanças, pretendemos agora tentar entender qual era o real interesse da França por um país tão pequeno e tão ínfimo política e economicamente como era Ruanda. Um país que nem ao menos foi colônia francesa no século passado.

No livro “Democracia e Totalitarismo” de Raymond Aron, o reconhecido sociólogo destaca a importância de considerar “o ambiente histórico do sistema político”²⁴⁹. Segundo Hernandez, essa observação de Aron é fundamental para entender o império francês. Não há dúvida de que não podemos entender um sistema político sem antes recuarmos ao passado para analisar o seu contexto histórico. Essa premissa é válida para os sistemas políticos no geral.

Com o ressurgimento das exigências próprias de uma ordem política moderna, houve uma tendência gradativa à imposição da noção de soberania popular como

²⁴⁶ Tipo de missão de paz que geralmente utiliza-se da mediação, conciliação, arbitramento ou iniciativas diplomáticas para resolução de conflitos.

²⁴⁷ Outro tipo de missão de paz que tradicionalmente envolve uso de pessoal militar, porém com escopo de ação limitado a atividades reativas e mais voltado para monitoramento de acordos de cessar-fogo.

²⁴⁸ Ibidem, p. 39.

²⁴⁹ Apud HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*, op. cit., p. 337.

princípio de legitimidade do poder público²⁵⁰. No caso do império francês, foi o próprio sistema político da metrópole que tornou possível uma estreita associação por parte das elites africanas ao processo de lutas por liberdades²⁵¹. É claro que esse tipo de dominação não foi tão fácil assim na França.

Novamente ressaltamos aqui o imperialismo que moldou o século XIX e que esteve ligado ao desenvolvimento do sistema capitalista, uma vez que tanto a partilha como a ocupação da África foram impulsionadas pela concorrência entre várias economias²⁵².

A África, tanto mediterrânea como subsaariana, é sem dúvida indispensável à Europa Ocidental, do ponto de vista geopolítico, e a França é o único país disposto a desempenhar um papel ativo para proteger seus interesses econômicos e políticos no continente²⁵³.

Em comparação, a Grã-Bretanha, que foi a potência colonial número um na África, não conservou laços tão íntimos com suas antigas colônias como a França com a maioria dos países ditos de expressão francesa²⁵⁴. A França continua sendo a potência européia mais presente na África, econômica e politicamente²⁵⁵, o que começa a nos explicar, em parte, as origens do interesse francês por Ruanda.

Em 1994 o governo francês adotava uma linha de política externa que tinha como objetivo a manutenção de boas relações com os países francófonos, com vistas a aumentar a sua influência na África e a fortalecer os exércitos desses países após a descolonização, para que eles funcionassem como braços do exército francês fora do país²⁵⁶. Por meio dessa política, a França visava fortalecer a sua posição no sistema internacional a partir da expansão de sua influência nos países com os quais possuía afinidade lingüística²⁵⁷.

²⁵⁰ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*, op. cit., p. 338.

²⁵¹ Ibidem, idem.

²⁵² Ibidem, p. 71.

²⁵³ CHALIAND, Gerard. *A luta pela África: estratégias das potências*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 74.

²⁵⁴ Ibidem, idem.

²⁵⁵ Ibidem, p. 75.

²⁵⁶ Apud CAMPOS, Paula Drumond Rangel. **A norma de combate ao genocídio na prática internacional: o caso ruandês**. Artigo científico disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/11723/11723.HTMXXvmi=IGINj3gXXMizBo3raF59cnM0jLJNcGmVmlKHL2FJOZjqnnSz3XJfmvgGh0tuHQq5zbMles63rptQNnqRla7IHop0pTu7LWcl90HntNrWeWO3kfUGq3p9rP9RKFZwCcTMDCbHpDFFAtIUKDCbG3k8Tu1Ea0cNd6BqIM99qOOlixW4cAfTDB3w74ch5p6ivHKfuTpVIFX2NV60vmTaZXXI72Vp7lvqSeb9J6zFPOERDAZE7mzhmw1tzXTHkp8dEknoq>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

²⁵⁷ CAMPOS, Paula Drumond Rangel. **A norma de combate ao genocídio na prática internacional: o caso ruandês**, op. cit.

Nesse contexto, o interesse nacional de parte da França permitiu que o país se tornasse um dos maiores aliados de Habyarimana e continuasse apoiando o governo hutu após a sua morte²⁵⁸. Além disso, o governo francês era o maior fornecedor de armas a Ruanda, promovendo a sua militarização, assim como o treinamento do exército ruandês, principalmente a partir da invasão de Ruanda pela FPR, em 1990²⁵⁹.

A partir deste momento passa a haver no país a presença militar direta de tropas francesas a favor de Habyarimana²⁶⁰. Estima-se que a França tenha fornecido às milícias aproximadamente seis milhões de dólares em armas entre 1992 e 1994²⁶¹. O envio se prolongou mesmo após o início do genocídio e a despeito das evidências de violações aos direitos humanos levadas a cabo pelo governo ruandês²⁶². Nem mesmo o embargo de armas, imposto em maio pela Resolução 918 do Conselho de Segurança, foi suficiente para conter o governo francês²⁶³.

Como consequência da atuação francesa, Campos destaca a afirmação de McNulty: "A militarização externa de Ruanda foi um fator-chave [...] para a intransigência dos governantes daquele Estado [...]. A manutenção do apoio francês [...] convenceu os extremistas que tal apoio continuaria a ser garantido no futuro"²⁶⁴.

Dessa forma, segundo Campos, as atitudes anteriormente citadas da França deixam evidente que ela buscava a sua maximização de poder e, para tal, realizava cálculos de custo-benefício antes de se envolver em questões que causassem um dispêndio excessivo de recursos que pudessem ameaçar a sua posição no sistema internacional²⁶⁵.

Estados operando em um sistema de auto-ajuda agem prioritariamente de acordo com os seus próprios interesses e não o subordinam aos interesses de outros Estados ou aos interesses de uma suposta comunidade internacional.

²⁵⁸ Ibidem.

²⁵⁹ Ibidem.

²⁶⁰ Apud CAMPOS, Paula Drumond Rangel. **A norma de combate ao genocídio na prática internacional: o caso ruandês**, op. cit.

²⁶¹ Ibidem.

²⁶² CAMPOS, Paula Drumond Rangel. **A norma de combate ao genocídio na prática internacional: o caso ruandês**, op. cit.

²⁶³ Apud CAMPOS, Paula Drumond Rangel. **A norma de combate ao genocídio na prática internacional: o caso ruandês**, op. cit.

²⁶⁴ Ibidem.

²⁶⁵ CAMPOS, Paula Drumond Rangel. **A norma de combate ao genocídio na prática internacional: o caso ruandês**, op. cit.

A razão para isso é simples: vale a pena ser egoísta em um mundo de auto-ajuda.²⁶⁶

É fato que a vontade da França de expandir sua influência no continente africano, uma vez que garantia os seus interesses econômicos, foi um fator de política externa marcante durante muitas décadas²⁶⁷. O partidarismo da França chegou até a ser criticado pela imprensa belga que chegou a especular suspeitas do envolvimento francês na morte dos dois presidentes ruandês e burundês²⁶⁸.

A pequena importância de Ruanda para a política externa das grandes potências, como o Reino Unido e os EUA, somada aos interesses estratégicos franceses demonstraram a precariedade da ONU como instrumento multilateral de representação da sociedade internacional e de defesa da vida humana despida de nacionalidade, raça, credo e etnia²⁶⁹. Até mesmo o reconhecimento público de que estava em andamento um genocídio foi prorrogado em função de interesses, uma vez que isso poderia implicar na obrigação de agir²⁷⁰, como já afirmamos no presente trabalho.

A ONU demonstrou ainda mais as suas limitações após a retirada do contingente belga, que ocorreu em função do assassinato de dez soldados dessa nacionalidade por hutus extremistas²⁷¹. Obrigada a decidir sobre o futuro da UNAMIR, já que os belgas constituíam a espinha dorsal da operação, o Conselho de Segurança, por meio da Resolução 912, optou por diminuir para 270 o número de soldados, quando o conflito estava em plena escalada, o que agravou ainda mais a precária estrutura da missão de paz, que continuou mantendo sua neutralidade e aprofundou sua incapacidade enquanto a violência se intensificava cada vez mais²⁷².

Tal situação comprova, mais uma vez, a atuação inclinada das Nações Unidas para favorecer e levar adiante o que era conveniente para as grandes potências, que manobravam a instituição segundo seus critérios egoístas e que não identificavam

²⁶⁶ Apud CAMPOS, Paula Drumond Rangel. **A norma de combate ao genocídio na prática internacional: o caso ruandês**, op. cit.

²⁶⁷ MASCHIETTO, Roberta Holanda. **Soberania e Ingerência Internacional na África Subsaariana: uma tipologia exploratória**, op. cit., p. 192.

²⁶⁸ Ibidem, idem.

²⁶⁹ CAMPOS, Paula Drumond Rangel. **A norma de combate ao genocídio na prática internacional: o caso ruandês**, op. cit.

²⁷⁰ Ibidem.

²⁷¹ Ibidem.

²⁷² Ibidem.

qualquer interesse no gasto de recursos que poderiam ser utilizados para outras despesas estrategicamente mais vantajosas do que o salvamento daquelas vidas²⁷³.

Em suma, essas potências adotaram um comportamento cúmplice com a agressividade do Estado ruandês em face do desinteresse estratégico na questão, o que acarretou a inoperância da Convenção de 1948, já que ela e as demais instituições presentes no sistema eram construídas para não conseguir agir de forma autônoma diante do desinteresse dos Estados mais poderosos²⁷⁴.

No caso de Ruanda, portanto, a convenção contra o genocídio não adquiriu a efetividade necessária para cumprir os seus propósitos em função, de um lado, do desinteresse da maior parte das potências e, de outro, do interesse estratégico francês em manter boas relações com o governo ruandês, o que acarretou a continuidade impune dos massacres²⁷⁵.

Quando o desenrolar do conflito tornou explícita a ocorrência de um genocídio, a Resolução 918 autorizou o envio da UNAMIR II, com mandato similar ao da UNAMIR I, mas contando com o aumento do contingente para 5.500 soldados²⁷⁶. No entanto, foi acordado, "por insistência norte-americana", que isso fosse feito "muito lentamente"²⁷⁷. De fato, esses soldados foram enviados tão lentamente que apenas em outubro a UNAMIR completou os 5.500 capacetes azuis autorizados em Ruanda²⁷⁸.

Em junho de 1994, foi aprovado, por meio da Resolução 929 do Conselho de Segurança, o envio de uma segunda missão, a Operação Turquesa, paralela à UNAMIR, mas com a prerrogativa do uso da força, autorizada pelo cap. VII da Carta da ONU²⁷⁹.

A atuação dessa operação era extremamente duvidosa por ela ser chefiada pela França, que sempre adotara uma postura pró-governo hutu, conforme já foi mencionado anteriormente²⁸⁰. Em função disso, houve dúvidas se essa operação

²⁷³ Ibidem.

²⁷⁴ Ibidem.

²⁷⁵ Ibidem.

²⁷⁶ Ibidem.

²⁷⁷ Apud CAMPOS, Paula Drumond Rangel. **A norma de combate ao genocídio na prática internacional: o caso ruandês**, op. cit.

²⁷⁸ CAMPOS, Paula Drumond Rangel. **A norma de combate ao genocídio na prática internacional: o caso ruandês**, op. cit.

²⁷⁹ CAMPOS, Paula Drumond Rangel. **A norma de combate ao genocídio na prática internacional: o caso ruandês**, op. cit.

²⁸⁰ Ibidem.

estaria protegendo de maneira igualitária tutsis e hutus²⁸¹. Mais uma vez aparecia, dentro do próprio âmbito das Nações Unidas, o transbordamento dos interesses estratégicos em detrimento da proteção das vidas humanas em risco²⁸².

Devido ao comportamento auto-interessado, as potências estrangeiras só se fizeram presentes para evacuar seus cidadãos de Ruanda e, em momento algum, houve preocupação em repreender publicamente o governo ruandês pela violência a que vinha submetendo seus cidadãos²⁸³.

Dois dias depois do desastre com o avião presidencial, os massacres já assolam certas cidades, mas ainda não se iniciaram na comuna de Nyamata. Um destacamento dos boinas-azuis das Nações Unidas chega ao vilarejo em três veículos blindados. Dirigem-se à igreja, em seguida ao convento, à maternidade e ao hospital. Em cada parada, leva alguns brancos, cinco padres e três freiras. Terminado o embarque, dá meia volta e desaparece pela rua principal sem diminuir a marcha nem um instante.²⁸⁴

[...] No mesmo momento, em Kigali, os brancos deixam embaixadas, escritórios, mosteiros e universidades, pegando uma ponte aérea organizada a partir do aeroporto de Kanombé ou comboios rodoviários que se dirigiam para os países limítrofes.

[...] Nenhum protagonista – padre, técnico estrangeiro, diplomata, funcionário de missão humanitária – consegue fornecer uma explicação convincente para a fuga imediata e extravagante de todos eles, logo nas primeiras horas das matanças. Em todo caso, nem o perigo nem o pânico podem justificar tamanha precipitação.²⁸⁵

Diante de tudo que foi exposto, percebe-se que o caso francês mais se aproximaria de uma ingerência negativa, ou seja, de uma falta de ação no momento certo que resultou numa catástrofe humanitária²⁸⁶, do que de uma ingerência positiva, mesmo diante do envio da Operação Turquesa, uma vez que a mesma

²⁸¹ Ibidem.

²⁸² Ibidem.

²⁸³ Ibidem.

²⁸⁴ HATZFELD, Jean. **Uma temporada de facões: relatos do genocídio em Ruanda**, op. cit., pp. 103 e 104.

²⁸⁵ Ibidem, pp. 104 e 105.

²⁸⁶ MASCHIETTO, Roberta Holanda. **Soberania e Ingerência Internacional na África Subsaariana: uma tipologia exploratória**, op. cit., p. 193.

apresentou dúvidas com relação ao cumprimento do seu real objetivo, como já foi mencionado no presente trabalho

Então, primeiramente observou-se a não interrupção da ajuda externa (não somente francesa) não obstante a condução de uma política de limpeza étnica (que foi longamente anunciada em meios públicos pelo país) ²⁸⁷. Já num segundo momento, houve uma ação rápida e tardia, que se desenvolveu em paralelo com a ONU (que, aliás, completou a disposição das tropas em novembro de 1994, quando o genocídio já havia sido realizado e já havia um novo governo em gestão) e que se completava com uma retirada, mais uma vez, precoce (antes do prazo de expiração sugerido pela resolução do Conselho) ²⁸⁸. Nesse momento, a ingerência foi mais uma manifestação de intenção do que algo que tivesse resultado em mudanças significativas na esfera doméstica do país²⁸⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num primeiro momento, para que pudéssemos tentar entender o porquê do Genocídio, fizemos um recuo histórico que remontou ao tempo em que apenas os tutas habitavam a atual Ruanda. Hutus e tutsis, que se instalaram posteriormente, o fizeram de forma bastante organizada. Hoje, ao acompanhar essa trajetória histórica, nos indagamos sobre como um território ocupado por povos tão bem organizados não conseguiu uma convivência pacífica entre seus habitantes, registrando níveis de violência tão exacerbados como os narrados neste estudo.

A explicação encontra-se, principalmente, nas colonizações belgas e alemãs, que encontraram auxílio nas teorias raciais que vigoravam na Europa. Essas teorias foram aplicadas em todas as colônias européias como forma de garantir o domínio dos colonizadores. Foi justamente aí onde o imperialismo encontrou a sua base para se desenvolver e se consolidar.

A Teoria Crítica das Relações Internacionais nos fornece um embasamento teórico para a compreensão, ou pelo menos tentativa de compreensão, de absorção das teorias raciais, por parte da comunidade internacional, sem que houvesse contraposições a elas. Na verdade a ciência não vem revestida de um saber neutro,

²⁸⁷ Ibidem, idem.

²⁸⁸ Ibidem, idem.

²⁸⁹ Ibidem, idem.

ao contrário, ela engendra relações de poder a partir do momento em que se coloca como uma verdade. A prática está intrinsecamente ligada ao discurso.

Depois de analisar a forma como foram vistas as diferenças dos ruandeses pelos colonizadores e a forma como estas diferenças foram introjetadas, se torna mais amena a percepção acerca do Genocídio, que antes dessa análise apresentava-se como um acontecimento isoladamente ruandês.

A atuação da França antes, durante e depois do Genocídio nos mostra que o tripé “força, poder e interesse”, que rege as Relações Internacionais, se fez e se faz presente principalmente quando se trata da resolução de conflitos.

Enquanto era interessante para a França manter uma aproximação com o governo hutu, uma vez que “garantia” a sua influência pós-colonial sobre as suas antigas colônias na África, mesmo não sendo Ruanda uma delas, a França se aproximava. Quando os ruandeses “gritavam” por uma intervenção humanitária, a França e os outros países não davam credibilidade com a justificativa de que essa violência registrada não se caracterizava como um genocídio, era apenas o desembocar de mais um conflito pela disputa do poder em mais um país da África.

Na verdade não era necessário o desembolso de recursos financeiros num primeiro momento, mas era necessária a retirada de todos os franceses que estavam sob território ruandês, mesmo que fosse através de uma operação mascarada.

A comunidade internacional se fez presente em Ruanda durante boa parte do tempo que antecedeu ao Genocídio, fosse para explorar, fosse para estudar, fosse para dominar. No entanto, durante as matanças não houve essa ingerência, e quando houve, muito tardiamente, não foi positiva, uma vez que não logrou no sentido de pôr fim ao conflito.

A falta de vontade política, os “erros” de julgamento e a política externa francesa foram determinantes para que o desenrolar do desastre de 1994 em Ruanda chegasse a tomar a proporção de um genocídio e deixasse marcas profundas que são perceptíveis ainda hoje nos ruandeses.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11° ed., 1998.

BRUNSCHWING, Henri. **A partilha da África Negra**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CHALIAND, Gerard. **A luta pela África: estratégias das potências**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____; **A origem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HATZFELD, Jean. **Uma temporada de facões: relatos do genocídio em Ruanda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. **África: Terra, sociedades e conflitos**. São Paulo: Moderna, 2004.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A Invenção do “ser negro”: um percurso de idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. Companhia das Letras, 1993.

ARTIGOS

CAMPOS, Paula Drumond Rangel. **A norma de combate ao genocídio na prática internacional: o caso ruandês**. Artigo científico disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/11723/11723.HTMXXvmi=IGlNj3gXXMizBo3raF59cnM0jLJNcGmVmIKHL2FJOZjqnmSz3XJfmvgGh0tuHQq5zBMles63rptQNnqRla7IHop0pTu7LWcl90HntNrWeWO3kfUGq3p9rP9RKFZwCcTMdCbHpDFFAtlUKDCbG3k8Tu1Ea0cNd6BqIM99qOO1ixW4cAftDB3w74ch5p6ivHKfuTpVifX2NV60vmTaZXI72Vp7lvqSeb9J6zFPOERDAZE7mzhmw1tzXTHkp8dEknoq>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

FILHO, Pio Penna. **Segurança seletiva no pós-Guerra Fria: uma análise da política e dos instrumentos de segurança das Nações Unidas para os países periféricos – o caso africano.** Revista Brasileira de Política Internacional. 47 (1): 31-50 [2004].

MUNANGA, Kabengele. Identidade étnica e direitos humanos nos países da África sub-saariana. **Casa das Áfricas**, Thot, n. 80, 2004. Disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/site/index.php?id=banco_de_textos&sub=01&id_texto=28>. Acesso em: 21 set. 2009.

ARTIGOS DE IMPRENSA

Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/08/030826_ruandagd.shtml> em:
Acesso em: 9 set. 2009.

Disponível em: <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,4159346,00.html>> Acesso em: 23 nov. 2009.

TESE

MASCHIETTO, Roberta Holanda. **Soberania e Ingerência Internacional na África Subsaariana: uma tipologia exploratória.** Dissertação apresentada como requisito para a obtenção de grau de Mestre em Relações Internacionais. Brasília, 2005.

DOCUMENTOS E RALATÓRIOS OFICIAIS

Disponível em:
<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/rw.html>>.
Acesso em: 11 set. 2009.

Disponível em:
<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html>>.
Acesso em: 11 set. 2009.

UNAMIR, Background. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em: 30 nov. 2009.

SITES

Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/ruanda/ruanda-2.php>>.
Acesso em: 9 set. 2009.

Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ruanda>>. Acesso em: 9 set. 2009.

Disponível em:

<<http://confrontos.no.sapo.pt/page2ImpOcidentais01AA.html>>.

Acesso em: 9 set. 2009.

Disponível em:

<http://www.facom.ufba.br/com112_2000_1/geo_on_line/tutsis_hutus.htm>.

Acesso em: 10 set. 2009.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_de_Arusha>. Acesso em: 14 set. 2009.

Disponível em:

<<http://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10007216#related>>.

Acesso em: 15 set. 2009.

Disponível em:

<<http://www.comciencia.br/comciencia/index.php?section=8&edicao=34&id=406>>.

Acesso em: 23 nov. 2009.

Disponível em:

<<http://www.universia.com.br/materia/imprimir.jsp?id=4130>>. Acesso em: 30 nov. 2009.

Disponível em:

<<http://pt.shvoong.com/books/1681560-uma-temporada-fac%C3%B5es/>>.

Acesso em: 30 nov. 2009.

Disponível em: <<http://mzporto.multiply.com/reviews/item/7>>. Acesso em: 30 nov. 2009.

Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Positivismo>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Darwinismo#Dados_geol.C3.B3gicos>. Acesso em:

12 dez. 2009.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Evolucionismo_social>. Acesso em: 12 dez. 2009.